



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS  
POLO UNIVERSITÁRIO DE ACARÁ

**JANIELLE VAZ MAGNO**

**O FRACASSO ESCOLAR A PARTIR DAS QUESTÕES  
RELACIONADAS À DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM UMA ESCOLA  
NO MUNICÍPIO DE ACARÁ**

**Acará – PA  
2019**

**JANIELLE VAZ MAGNO**

**O FRACASSO ESCOLAR A PARTIR DAS QUESTÕES  
RELACIONADAS À DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM UMA ESCOLA  
NO MUNICÍPIO DE ACARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Abaetetuba, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza.

**Acará – PA  
2019**

JANIELLE VAZ MAGNO

**O FRACASSO ESCOLAR A PARTIR DAS QUESTÕES  
RELACIONADAS À DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM UMA ESCOLA  
NO MUNICÍPIO DE ACARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Abaetetuba, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/ 2019

Conceito: \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza (Orientador)

---

Prof. Dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento (Membro)

**Acará – PA  
2019**

À minha família, com todo amor e carinho:  
mãe, pai, filho, irmãos e namorado, que  
estiveram comigo em cada passo dessa  
trajetória.

## AGRADECIMENTOS

De todas as partes que compõem este trabalho, certamente os agradecimentos são os mais difíceis de escrever, pois todo empenho e dedicação para a construção destas laudas, neste momento se transformam em emoção e lágrimas. Lágrimas de alívio, de felicidade, de sensação de dever cumprido. Contudo, agradecer àqueles que muito fizeram a diferença durante o meu percurso acadêmico e, principalmente, na reta final, é um ato singelo, porém importante. Enfim, tenho muito a agradecer,

À Deus, pelo sustento e pela força que n'Ele encontrei em todos os momentos de angústia e quando pensei que não iria conseguir me fez perseverar como jamais pensei. E consegui. Obrigada meu Deus!

À minha família, a quem deixei de partilhar muitos momentos, mas que sempre se fez presente. Foi por uma boa causa, família, é chegada a tão sonhada conclusão do curso.

À minha mãe, minha intercessora e cuidadora, nada que eu faça nessa vida será suficiente para recompensar os esforços que destinou a mim. Obrigada, mãe, por todo cuidado, compreensão e dedicação.

Ao meu pai, meu intercessor, você é o meu maior exemplo de ser humano, obrigada por todo carinho, cuidado e compreensão. Essa conquista também é de vocês!

Aos meus irmãos, pelo amor, pela parceria e por acreditarem em mim. Em especial à minha irmã Janilma, tudo o que eu tenho nessa vida devo parte a você, obrigada por acreditar em mim, pelas orações e por todos os esforços sem medidas a mim destinados, cada palavra a mim proferida foi fundamental para que eu alcançasse essa conquista.

Ao meu filho, Gabriel, que é a motivação da minha vida e de tudo o que faço, que mesmo sendo uma criança, muito compreendeu a minha ausência nesses anos e principalmente nos últimos meses de estudo e me encheu de amor nos momentos em que mais precisei.

Ao meu namorado, Renato, jamais imaginei que ter uma presença como a sua ao meu lado nesse momento seria tão importante como foi. Obrigada por todas as palavras de conforto, pelo apoio, parceria, compreensão, obrigada pelos puxões de orelha, pelo amor, carinho e cuidado que tens por mim. Seu apoio foi fundamental nesse momento da minha vida.

Ao meu orientador Prof. Dr. Alexandre Cals, pelas orientações, pela compreensão e pela paciência que teve comigo.

Aos meus amigos, que mesmo distantes torcem por mim. Às amigas que a universidade me deu e que levarei por toda a vida, Tays e Vanessa, obrigada por todos os momentos compartilhados.

Agradecer com muito carinho à escola e a todos que fizeram parte desta pesquisa, pelo acolhimento e disposição em contribuir com esse estudo. Estarei sempre na torcida para que dias melhores cheguem e a educação seja valorizada como merece.

Obrigada a todos, jamais me esquecerei das pessoas que não mediram esforços para me ajudar e apoiar, mesmo que de longe. Agradeço de todo o meu coração.

*“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”*  
(José de Alencar)

## RESUMO

O presente trabalho busca apresentar os resultados de uma pesquisa realizada em uma escola de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental no município de Acará, a qual teve por objetivo investigar os fatores presentes na vida dos educandos que os levam ao fracasso escolar a partir da distorção idade-série, bem como identificar de que maneira eles se apresentam e como a escola pesquisada e também o sistema municipal de educação atuam para amenizar esse problema. O estudo se caracteriza em uma pesquisa de campo de cunho qualitativo, por meio da observação participante e entrevistas semiestruturadas, objetivando uma maior participação dos sujeitos envolvidos na pesquisa, os quais foram três professores, um representante da direção da escola e um representante da Secretaria Municipal de Educação. A partir da análise das informações coletadas, foi possível inferir que os profissionais da escola atribuem as principais causas desse problema à família do aluno, entretanto, observou-se que a própria escola não tem disponibilizado a devida atenção ao problema. Identificou-se também a falta de atenção e de suporte à escola por parte da Secretaria de Educação do município.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fracasso Escolar. Distorção Idade-série. Ensino Fundamental.

## **ABSTRACT**

This work presents the results of a research carried out in a preschool and early years of elementary school in the city of Acará, which aimed to investigate the factors present in the lives of students that lead them to failure from school, age-grade distortion, as well as identify how they present themselves and how the researched school and the municipal education system itself act to alleviate this problem. The study is characterized in a qualitative field research, through participant observation and semi-structured interviews, aiming at a greater participation of the subjects involved in the research, which were three teachers, a representative of the school board and a representative of the Municipal Secretariat of Education. From the analysis of the collected information, it was possible to infer that the school professionals attribute the main causes of this problem to the student's family, however, it was observed that the school itself has not provided the proper attention to the problem. It was also identified the lack of attention and support to the school by the Department of Education of the municipality.

**KEYWORDS:** School Failure. Age-grade Distortion. Elementary School.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**AEE** – Atendimento Educacional Especializado

**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**PPP** – Projeto Político Pedagógico

**SEMED** – Secretaria Municipal de Educação

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Foto do município de Acará.....28
- Figura 2** – Organograma institucional da EMEIEF Maria Antonieta de Paiva.....31

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 O FRACASSO ESCOLAR A PARTIR DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE</b> .....	<b>15</b>
2.1 A distorção idade-série no Brasil .....	15
2.2 A distorção idade-série e a questão da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental: os problemas que ocorrem .....	18
2.3 Reflexões teóricas acerca da importância da aprendizagem para a redução da distorção idade-série na escola .....	23
<b>3 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA E A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE</b> .....	<b>28</b>
3.1 Breve histórico das origens do município de Acará.....	28
3.2 A escola-campo.....	30
3.3 O Projeto Político Pedagógico da escola e a distorção idade-série.....	32
<b>4 AS ENTREVISTAS COM OS SUJEITOS: ANÁLISE E REFLEXÕES</b> .....	<b>37</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>50</b>
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	53
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O REPRESENTANTE DA SEMED	54
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A DIREÇÃO .....	55
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DO 3º, 4º E 5º ANO .....	56

## 1 INTRODUÇÃO

O contexto educacional vivenciado no Brasil hoje tem sido palco de grandes fracassos escolares, estes que surgem em decorrência de inúmeros fatores, permeiam e ameaçam o sucesso da trajetória escolar de uma considerável parte das crianças e jovens do nosso país, privando-os do poder do conhecimento e, conseqüentemente, destinando-os à marginalização social.

A partir desse contexto, o presente estudo versa, sobre o fracasso escolar e, especificamente, um dos fatores que é a distorção idade-série que, segundo o *QEdu Academia*, é a defasagem entre a idade do aluno e a série recomendada para a idade dele, estando este com dois ou mais anos de atraso escolar, o qual se tornou um grande problema instalado no sistema educacional brasileiro que leva muitos estudantes ao fracasso escolar.

Tal problema tem se tornado crônico e logo, desafiador para o sistema educacional, de maneira que hoje há um quantitativo absurdamente alto de alunos que se encontram atrasados em relação à série recomendada para a sua idade, ultrapassando os 7 milhões dos 35 milhões de alunos matriculados em toda a educação básica (UNICEF, 2018).

Com o passar dos anos foram surgindo diversas maneiras de tentativas de eliminação da distorção idade-série nas escolas do país, no entanto, os motivos pelos quais um grande número de alunos é levado à defasagem do seu fluxo escolar vêm ganhando forças e se tornando cada vez mais difíceis de serem combatidos, haja vista que a defasagem do fluxo escolar é oriunda de diversos e complexos fatores que envolvem um conjunto de características e sujeitos, e cada um destes tem seu papel determinante nesse processo.

Partindo do princípio que o objetivo da educação é o de proporcionar conhecimento e desenvolvimento para o ser humano, para que este possa ser um cidadão ativo e se posicionar com criticidade perante as situações que ocorrem na sociedade, cabe ressaltar então o importante papel atribuído à escola para cumprimento desses objetivos. No entanto, “a escola que surge com o objetivo de promover melhoria nas condições de vida da sociedade moderna acaba por produzir na contemporaneidade a marginalização e o insucesso de milhares de jovens” (BOSSA, 2009, p. 19).

Contudo, é necessário compreender que a escola não é a única responsável pelos problemas que lhe cerca, a origem disso está muito além dos seus muros. Segundo pesquisa de Ribeiro (2005, p. 212),

[...] Esse fator pode ser explicado pela falta de investimento na Educação Infantil [...]; melhores políticas de valorização do Magistério que correspondessem a salários dignos, formação inicial e continuada adequadas com a realidade educacional; mudanças nas propostas pedagógicas das escolas, nas quais pudessem discutir

concepções de aprendizagem, currículo e avaliação, que em vez de somente classificar, pudessem evidenciar as reais potencialidades dos alunos etc.

Não é difícil perceber que tudo se inicia nas políticas públicas, visto que estas geralmente não priorizam a educação. A ampliação de vagas no ensino público oportunizou uma enorme quantidade de indivíduos a ingressarem na escola, entretanto, “dizer que a escola é democrática porque oportunizou o acesso a ela não garante que estão sendo ofertadas condições a todos de aprenderem com a necessária e desejada qualidade” (SILVA, 2014, p. 36).

A decisão em pesquisar tal problemática surgiu a partir da participação como bolsista no Programa de Residência Pedagógica por meio das observações em sala de aula onde, ao frequentar a escola, em específico uma turma com mais frequência, pude perceber a presença de uma maioria de alunos com a idade acima do indicado para o ano cursado, bem como tais alunos também apresentarem total desinteresse em participar das aulas. Nesse ínterim, despertou-me inicialmente, a curiosidade e em seguida várias indagações e desejo de identificar os motivos pelos quais a turma se apresenta dessa maneira.

Nesse sentido, os objetivos da presente pesquisa estiveram dispostos a investigar quais os fatores presentes na vida dos educandos que os levam ao fracasso escolar a partir da distorção idade-série, bem como investigar de que maneira eles se apresentam e como a escola pesquisada e o próprio sistema municipal de educação atuam para combater ou amenizar esse problema.

Para o alcance dos objetivos indicados, o presente estudo auxilia-se na abordagem qualitativa, que, de acordo com Bogdan e Biklen (1982 apud LÜDKE e ANDRÉ, 2015, p. 14), “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”. Para estes autores, a abordagem qualitativa é também chamada de naturalística, já que o estudo é realizado no ambiente natural da situação pesquisada sem a interferência do pesquisador.

A pesquisa qualitativa consiste em um estudo exploratório que geralmente inicia com um estudo mais amplo e vai se afinando com o avanço da pesquisa, definindo assim, a especificidade do assunto que se quer abordar. Não necessariamente segue com rigidez o roteiro previamente elaborado, mas deixa o entrevistado à vontade e livre para se expressar, visto que este é também construtor do conhecimento (idem).

Um dos caminhos investigativos da abordagem qualitativa é a pesquisa de campo, a qual foi indicada para direcionar esse estudo. Moresi (2003, p. 10) define a pesquisa de campo

como uma “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não”.

O lócus da presente pesquisa foi a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Profa. Maria Antonieta de Paiva, localizada na Tv. Ernesto Geisel, s/n, Bairro Cacoal, Acará-PA. E os sujeitos participantes como fonte de informação foram: um Representante da Direção, um Professor do 3º, um Professor do 4º e um Professor do 5º ano e um Representante da Secretaria municipal de Educação.

Para a obtenção dos dados considerou-se necessário o uso da entrevista semiestruturada e a observação participante, a entrevista para os professores participantes da pesquisa, para a direção da escola e para o representante da Secretaria de Educação, no intuito de compreender a partir de sua visão, quais os problemas mais relevantes causadores do fracasso escolar. Já a observação aconteceu em uma turma da mesma escola onde há vários casos de alunos em situação de distorção idade-série.

O uso da entrevista como método de coleta de dados é muito comum nas pesquisas em educação, sendo esta fundamental, pois permite um diálogo entre pesquisador e entrevistado. A entrevista semiestruturada consiste basicamente em uma entrevista guiada por um roteiro previamente elaborado, mas que não necessita ser seguido com rigor, permitindo que o pesquisador faça adaptações no decorrer da entrevista e deixa o entrevistado à vontade para expressar suas emoções (Lüdke e André, 2015).

A observação participante, segundo Denzin (1978, apud LÜDKE e ANDRÉ, 2015, p. 32) é “uma estratégia de campo que combina simultaneamente a análise documental, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e a observação direta e a introspecção”. Ou seja, na observação participante o pesquisador tem uma variedade de fontes de obtenção de dados, o que pode ser muito proveitoso se o pesquisador se organizar previamente. Sem contar que o contato direto e prolongado com os sujeitos da pesquisa é, sem dúvidas, a melhor maneira de coletar informações que só são possíveis por meio do “olhar” do pesquisador no ambiente de estudo.

Assim, este trabalho está dividido em três seções, onde na primeira, o objetivo a princípio, é apresentar a temática sobre o fracasso escolar a partir da distorção idade-série em seu atual contexto no Brasil, trazendo conceitos e dados estatísticos referentes ao tema para que, inicialmente, haja esclarecimento sobre a importância do tema aqui estudado para a contribuição no desenvolvimento educacional das escolas públicas brasileiras no que diz respeito ao combate ao fracasso e à defasagem idade série.

Ainda na primeira seção são destacados os principais problemas que ocorrem na vida do educando e que fazem com que este tenha seu percurso escolar defasado e, ao final, traz-se um embasamento teórico para este estudo, de maneira que se possa entender, a partir do pensamento de pesquisadores da área, a importância da aprendizagem na vida do educando, bem como enfatizar o importante papel atribuído ao professor, à escola e à família no processo de ensino aprendizagem e no combate ao fracasso escolar.

Em seguida, a segunda seção traz um breve histórico das origens do município e da escola onde foi desenvolvida a pesquisa, e em seguida apresenta uma breve análise reflexiva do Projeto Político Pedagógico da escola-campo no que diz respeito à maneira como a temática pesquisada é desenvolvida no âmbito escolar.

Na terceira e última seção são apresentadas as análises e reflexões das falas dos sujeitos entrevistados para esta pesquisa, objetivando compreender por meio das entrevistas e das observações na escola, o que tem levado os alunos à distorção idade-série e conseqüentemente, ao fracasso escolar.

Por último, as considerações finais apresentam os resultados obtidos através das análises das entrevistas com os sujeitos participantes deste estudo, trazendo algumas reflexões acerca da problemática na escola pesquisada.

## **2 O FRACASSO ESCOLAR A PARTIR DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE**

A presente seção objetiva, a princípio, apresentar a temática fracasso escolar a partir da distorção idade-série em seu atual contexto no Brasil, trazendo conceitos e dados estatísticos referentes ao tema para que, inicialmente, haja esclarecimento sobre a importância do tema aqui estudado para a contribuição no desenvolvimento educacional das escolas públicas brasileiras no que diz respeito ao combate ao fracasso e à defasagem idade série.

São destacados ainda os principais problemas que ocorrem na vida do educando e interferem no seu aprendizado fazendo com que tenham seu percurso escolar defasado. Ao final, traz-se um embasamento teórico para este estudo, de maneira que se possa entender, a partir do pensamento de pesquisadores da área, a importância da aprendizagem na vida do educando, bem como enfatizar o importante papel atribuído ao professor, à escola e à família no processo de ensino e aprendizagem e no combate ao fracasso escolar.

### **2.1 A distorção idade-série no Brasil**

Diante da atual conjuntura brasileira, falar em educação é falar de um dos maiores desafios que o país enfrenta. Durante as últimas décadas se intensificou consideravelmente a discussão sobre os problemas existentes na educação básica, sendo a defasagem do fluxo escolar, um dos graves problemas enfrentados pelas escolas públicas brasileiras trazendo implicações preocupantes, e assim como os demais problemas educacionais, esta temática necessita de muita atenção, pois se trata de um problema social que afeta uma considerável parcela dos alunos da população brasileira, interferindo diretamente no sucesso e desenvolvimento educacional do país.

O ensino fundamental, no Brasil, tem a duração de 9 (nove) anos, onde a criança deve iniciá-lo aos 6 (seis) anos e concluí-lo aos 14 (quatorze) anos de idade. No entanto, devido às situações adversas que permeiam a vida do aluno, ainda é alto o índice dos que não estão seguindo o curso de acordo com o que é sugerido na LDB: estar cursando o ano recomendado para a sua idade.

A educação no Brasil é amparada por leis que asseguram os direitos das crianças, adolescentes e jovens em seus mais diversos contextos e visam o preparo de cada pessoa para viver em sociedade e exercer a cidadania, entretanto, isso não garante, de fato, a efetivação de tais direitos levando em consideração o cenário que a educação vivencia hoje. O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 enfatiza que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96), assim como na CF/88, assegura a educação como um direito de todos, no artigo 32, garante o Ensino Fundamental obrigatório gratuito nas escolas públicas, bem como garante, no artigo 24, a “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”. Ou seja, a correção do fluxo escolar é um direito amparado por lei a todas as pessoas que se encontram nessa condição.

O artigo 53 do Estatuto da Criança e do adolescente – ECA (Lei nº 8069/90), também garante o direito à educação, assegurando a estes, entre outras determinações, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Acima estão citados alguns trechos das principais leis que amparam os direitos educacionais do cidadão brasileiro, especificamente dos alunos do ensino fundamental, objeto de estudo da presente pesquisa. Amparos estes que asseguram não apenas o direito à educação, mas também um ensino de qualidade e oportunidades de acesso e permanência na escola iguais para todos, sem classificação de gênero, cor, raça, classe social, etc.

De acordo com Panorama da Distorção Idade-Série no Brasil realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2018), a partir de dados do Censo Escolar 2017 (principal instrumento de coleta de informações da educação básica brasileira realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP), no país, mais de 7 milhões de estudantes da educação básica estão em situação de distorção idade-série, resultando em 20% do total, e destes, quase 5 milhões são do ensino fundamental (18,1%), e do 1º ao 5º ano são mais de 1,8 milhão (12%).

O estado do Pará possui um dos mais altos índices de estudantes em situação de distorção idade-série comparado aos outros estados brasileiros. Em 2017, nos anos iniciais do ensino fundamental, havia 23% de alunos com dois ou mais anos de atraso escolar. No município de Acará, o número de alunos que se encontra nessa condição chega a 40%, ou seja, quase a metade dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental de Acará está com o fluxo escolar defasado.

No que diz respeito à escola Maria Antonieta de Paiva, escola-campo da presente pesquisa, 33% dos estudantes do 1º ao 5º ano estão em distorção idade-série, e esse número vai se tornando ainda mais alto a partir do 3º ano, o qual tem 40% de alunos em atraso escolar. Já no 4º ano, metade dos estudantes está em atraso, ou seja, 50%; e no 5º ano esse

número chega a 52% de alunos em atraso escolar. Esta porcentagem é extremamente alta, e embora os anos iniciais do ensino fundamental tenham alcançado uma redução no índice de alunos em atraso com o passar dos anos, ainda existe um enorme desafio a ser enfrentado para a redução desse índice.

As altas porcentagens de alunos em situação de defasagem escolar são preocupantes, são adultos, jovens, adolescentes e até mesmo crianças que já se encontram nessa situação, e estas não têm a autonomia sobre a sua vida, pois são seres inteiramente dependentes do que suas famílias, a sociedade, o estado lhes proporcionam. Os alunos que cursam o Ensino Fundamental menor são crianças, desta forma, o sucesso ou não da sua vida escolar não deve ser delegado somente a ela.

Como já foi evidenciado na Constituição Federal, a todos é garantido o direito de aprender e o dever de educar é obrigação da família e do estado. Entretanto,

Ocorre que, no Brasil, é presente o fato de haver um grande distanciamento entre a retórica das leis e a prática efetiva daquilo que está posto como garantia, por isso um direito como a educação, mesmo pensado de forma tão bem articulada, não consegue ser pleno para todos (FORNARI, 2010, p. 113).

“A distorção idade-série imobiliza milhões de meninas e meninos brasileiros, deixando-os atados ao ciclo do fracasso escolar” (UNICEF, 2017, p. 3), isto significa dizer que o aluno em situação de distorção idade-série dificilmente conseguirá corrigir o andamento do seu fluxo escolar até o final do ciclo da educação básica – quando este consegue chegar até o final, já que uma grande parte desiste no ensino fundamental –, ou seja, ele fará todo o seu percurso escolar com o fluxo defasado, haja vista que “a distorção idade-série é um fenômeno cumulativo” (idem) que começa já nos primeiros anos da vida escolar e se arrasta até o final do ensino médio.

É fato que, a partir da década de 90, com a implementação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (lei nº 9394/96), a educação brasileira deu um grande salto na garantia dos direitos dos cidadãos, dando respaldo legal aos sistemas de ensino estaduais e municipais a desenvolverem da melhor forma a garantia do direito e da qualidade do ensino e hoje a maioria das crianças e dos adolescentes frequenta a escola.

Entretanto, apesar de todos os esforços investidos, ainda existe uma grande taxa de alunos em defasagem idade-série, como foi observado nos dados anteriormente. E os motivos pelos quais os alunos são levados à defasagem do seu percurso escolar são diversos e estão muito além dos muros da escola, são fatores econômicos, políticos, sociais e culturais.

Segundo pesquisas recentes – evidenciadas mais a frente – os principais determinantes da distorção da série referente à idade do aluno são a repetência e a evasão escolar. No entanto, tais fatores são resultados de diversos outros, que juntos determinam o fracasso escolar.

## **2.2 A distorção idade-série e a questão da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental: os problemas que ocorrem**

A defasagem idade-série, nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como em qualquer parte da vida escolar de crianças e adolescentes, é o resultado de diversos fatores ligados à vida cotidiana do aluno, fatores que podem estar relacionados direta e indiretamente à vida pessoal e familiar ou ao cotidiano escolar deste aluno, ou a soma de ambos.

A maneira como tais fatores interferem na vida dos alunos causando a interrupção ou a defasagem do percurso escolar podem variar, no entanto, na grande maioria das vezes, a repetência é a grande vilã que faz com que, todos os anos, grande parte dos alunos repita um ano letivo já estudado. Entretanto, a repetência também é o resultado de um conjunto de fatores, haja vista que esta pode ser oriunda de reincidentes reprovações, dos métodos de avaliação, das condições de acesso e permanência na escola, entre outros.

A reprovação como sendo um dos principais motivos para a repetência e, portanto, a distorção da série em relação à idade do aluno, pode dar origem a resultados como a desmotivação para continuar estudando e, por conseguinte, a evasão escolar, haja vista que quando um aluno é retido, ele é classificado como incapaz de prosseguir os estudos, fato que afeta diretamente a sua autoestima e de forma negativa (LACERDA, 2007).

Um estudo realizado por Jacomini (2010) mostra uma realidade muito presente ainda em nossos dias em que os pais e os próprios alunos defendem a reprovação como sendo algo necessário no contexto escolar partindo do princípio de que a reprovação é uma maneira de dar uma nova chance àqueles que não conseguiram ou não se esforçaram para alcançar os resultados estabelecidos para o ano letivo, desta maneira, o aluno tem mais uma oportunidade para aprender e avançar para o ano seguinte.

No imaginário de muitos pais e alunos, a reprovação aparece diretamente vinculada a uma segunda e “garantida” oportunidade de aprender. Acreditam também que a reprovação é uma medida importante para pressionar os alunos a estudar, contribuindo para a aprendizagem. A maioria dos alunos vê a reprovação como algo necessário à escolarização e, em certo sentido, bom, porque “ajuda os alunos que não sabem [...]” (JACOMINI, 2010, p. 899).

Diante de tais colocações o que se nota é que a concepção de reprovação como uma forma de correção está enraizada não apenas no pensamento dos pais dos alunos, mas também

nos próprios alunos de maneira que estes não conseguem perceber que a reprovação em si não melhora o desempenho dos alunos e nem faz com que o aluno estude ou aprenda mais. Para isso, é necessário que haja, juntamente com a decisão de reprovar, estratégias pedagógicas capazes de proporcionar ao aluno repetente a garantia do aprendizado no ano letivo seguinte.

A esse respeito Jacomini (2010) ressalta:

[...] sem intervenções pedagógicas adequadas, repetir a série ou o ano letivo não é garantia de aprendizagem: são as intervenções realizadas pela escola, pela família e pela sociedade que contribuem para que crianças e adolescentes realizem aprendizagens dentro de prazos definidos a partir do conhecimento acumulado sobre desenvolvimento e aprendizagem, e não a simples repetição nos anos letivos com as mesmas condições de ensino (p. 902).

Nesse contexto, cabe à escola, bem como a toda comunidade escolar, a responsabilidade de garantir que após uma reprovação, o aluno melhore o seu rendimento e consiga prosseguir no seu percurso escolar, não esquecendo de que “a motivação para estudar deve estar no desejo de saber, na curiosidade de descobrir, de se aventurar por caminhos desconhecidos e de aprender coisas novas” (JACOMINI, 2010, p. 908), esse deve ser o real objetivo da escola a pôr em prática para que o desejo em aprender esteja interiorizado no educando.

A reprovação é proveniente do insucesso do aluno após sucessivas avaliações em que este é submetido durante o percurso escolar, sendo a avaliação, por sua vez, um processo que “exerce importante papel na produção do fracasso escolar, um dos principais indutores do atraso escolar” (SOARES, 2015, p. 13).

Ainda hoje prevalece na prática de muitos professores a avaliação baseada na meritocracia, em que os alunos mais inteligentes, aqueles que se dedicam e aprendem o conteúdo são os que merecem ser aprovados ao final do ano letivo. Isso significa utilizar a avaliação apenas para medir a aprendizagem do aluno, o que acaba rotulando e classificando-o: os aprovados são “bons” e os reprovados são “ruins”.

Na escola aprende-se a estar constantemente preparado para ser medido, classificado e rotulado; a aceitar que todas nossas ações e omissões sejam suscetíveis de ser incorporadas a nosso registro pessoal; a aceitar ser objeto de avaliação e inclusive a desejá-la (Fernández Enguita, 1989, p.203 apud JACOMINI, 2010).

A colocação do autor revela que essa classificação está culturalmente enraizada na escola e é interiorizada pelo aluno desde o início da sua trajetória escolar. No entanto, esse modo como ainda se dá a avaliação foge da sua função original que é a de diagnosticar o desenvolvimento da aprendizagem do educando, sendo então um instrumento para auxiliar

nesse processo, não um instrumento classificatório, uma vez que o que realmente importa é o sucesso na aprendizagem deste.

No que diz respeito ao comportamento do aluno, para muitos professores, é um grande desafio alcançar o sucesso no processo de ensino aprendizagem por conta das dificuldades que sentem em lidar com a indisciplina dos alunos, inclusive nas escolas de bairros mais periféricos onde as políticas públicas não as têm como prioridade na disponibilidade de recursos básicos de atendimento à população mais carente, logo as perspectivas de uma vida melhor são mínimas e a violência cada vez mais elevada.

Este é um assunto importante e delicado, uma vez que ainda hoje os papéis se confundem e, muitas famílias designam à escola a responsabilidade de educar, ensinar e fazer tudo aquilo que se julga necessário para o pleno desenvolvimento do ser humano para a vida em sociedade, o que sobrecarrega a escola e a torna impotente diante de situações de apuros.

Ao contrário do que se imagina, as razões pelas quais a (in) disciplina ocorre, estão direta ou indiretamente, distribuídas igualmente entre a escola, os familiares, a ausência de limites, as desigualdades sociais, o aluno e o professor (LACERDA, 2007, p. 3).

Assim, pode-se dizer que a disciplina do aluno – ou a falta dela – é proveniente do contexto social em que este está inserido, desta forma, tomá-la como requisito de avaliação requer uma investigação minuciosa que seja capaz de diagnosticar os motivos de tal comportamento de maneira que se possa considerar, para além do cumprimento das atividades desenvolvidas, a dificuldade que o aluno tem de se envolver e de cumpri-las.

Outra causa determinante da repetência escolar diz respeito às condições de permanência na escola. No inciso I do artigo 206 da Constituição Federal (1988) está assegurado o direito da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, ou seja, todas as pessoas, independente do seu contexto social e cultural, têm comum direito de não apenas ter acesso à escolarização, mas também o direito de permanecer nesta com condições que lhe sejam favoráveis, levando em consideração o fato de que estar matriculado na escola não garante a efetivação dos direitos que se materializam na frequência e participação do aluno.

A efetividade desses direitos está relacionada ao princípio da igualdade no sentido de equidade, uma vez que oferecer oportunidades iguais a todos os indivíduos não é o mesmo que oferecer-lhes as mesmas condições de usufruir desse direito, por isso há a necessidade de garantir que os indivíduos marginalizados social e economicamente tenham condições de obter sua escolarização sem interrupções durante esse percurso.

Levando em consideração a importância dessas condições para a permanência do aluno na escola, faz-se necessário suscitar o grande índice de abandono escolar por parte do aluno quando não lhes são proporcionadas as devidas garantias para que este permaneça. A realidade da educação brasileira hoje mostra que esse número ainda é alto, segundo dados do censo escolar (INEP, 2018), em 2018 houve uma queda de 1,3 milhão de matrículas na educação básica em relação ao ano anterior, o que alcança mais de 2 milhões de crianças e adolescentes.

Este é ainda um dos maiores problemas que a educação brasileira enfrenta, e a dificuldade em manter o aluno na escola não diz respeito somente à família do aluno, bem como, aos professores e a escola, de maneira que não se pode responsabilizá-los unicamente, é algo inerente aos fatores internos e externos à escola.

É válido suscitar também a necessidade que o aluno tem de que haja essa tão sonhada parceria entre esses sujeitos responsáveis pela sua educação, para que lhes proporcionem as referidas condições durante a trajetória escolar, uma vez que culturalmente há uma culpabilidade do educando no que diz respeito ao seu baixo rendimento escolar, seja pelo seu desinteresse pelos estudos ou pela falta de apoio por parte da família deste, acreditando-se que ambos são os responsáveis pelo fracasso escolar.

Entretanto, o contexto familiar do educando surge também como um fator determinante da evasão escolar, inclusive as famílias de classe socialmente desfavorecida, devido as suas condições de vida, a falta de acompanhamento das tarefas escolares, ao baixo nível de instrução e também a necessidade que muitos alunos têm de trabalhar para ajudar no sustento da família é apontado como um dos determinantes do baixo rendimento escolar e da evasão (FORNARI, 2010).

Além dos fatores citados, os quais podem ser determinantes para a evasão escolar, o meio social de um indivíduo também tem um importante papel no sucesso ou não da trajetória escolar. A esse respeito Arroyo afirma:

O fracasso escolar é uma expressão do fracasso social, dos complexos processos de reprodução da lógica e da política de exclusão que perpassa todas as instituições sociais e políticas, o Estado, os clubes, os hospitais, as fábricas, as igrejas, as escolas... (2000, p. 34).

Diante de tal colocação pode-se perceber tamanha complexidade do problema, uma vez que, se insere então, mais um fator que pode determinar a defasagem escolar por meio da evasão: a exclusão, que diz respeito à desigualdade social e cultural, e é responsável por grandes fracassos.

Freitas (2002), em “A internalização da exclusão”, descreve a maneira dissimulada como as políticas públicas neoliberais fazem, por meio de um campo subjetivo, com que os próprios excluídos sintam-se responsáveis por sua exclusão, mantendo assim, o controle da economia:

A internalização da exclusão permite um maior controle sobre os custos econômicos do sistema e sua eventual privatização e permite também produzir a seletividade – antes explícita e com custos sociais e políticos – na forma de exclusão subjetiva, a partir dos mecanismos de avaliação informal, nos quais se constrói de fato o sucesso ou o fracasso do aluno, mantendo de forma mais elegante as mesmas distâncias escolares relativas entre os alunos e a mesma vocação seletiva da escola (FREITAS, 2002, p. 17).

Ou seja, o processo de seletividade ocorre de forma mascarada, partindo também de uma das mais “sutis” formas de exclusão: a avaliação informal. Esta, por sua vez, assume um papel decisivo na trajetória escolar, se não utilizada da maneira correta, tanto quanto a avaliação formal, que é a tradicional e se dá por meio da realização de avaliações periódicas (provas, exercícios, etc.).

A avaliação informal, segundo Boas (2008), é uma modalidade crucial no processo avaliativo, visto que ela se dá durante a maior parte do tempo, por meio do juízo de valor: comentários, gestos e até mesmo olhares dos professores e até dos demais alunos, os quais podem servir para encorajar ou desencorajar. Situação esta que será categórica ao final do ano letivo: o sucesso ou o fracasso escolar.

A autora (idem) diz ainda que essa ação de rejeição por parte dos professores pode refletir na ação dos alunos e se manifestar de diversas maneiras, tais como:

[...] pelo tratamento descortês, negligente ou desinteressado; pela ação de ignorar o aluno e deixá-lo marginalizado na sala de aula; por omissão de orientação para a realização de atividades; pela emissão de apelidos humilhantes; pela comparação entre alunos; pela emissão de comentários públicos sobre a pessoa do aluno; pela emissão de comentários negativos sobre membros de suas famílias etc. (BOAS, 2008, p. 44).

Não se pode deixar de lembrar que esse conjunto de ações presentes nos espaços educacionais pode dar origem ao temido *bullying*, prática muito comum nas escolas, podendo gerar consequências graves e irreversíveis à vida de um educando que é vítima de tal ato.

Tendo em vista os fatos mencionados, é fundamental enxergar a avaliação informal como algo de maior relevância no processo educacional e ter consciência que ela é uma poderosa arma que o professor tem em mãos e que pode “salvar” ou “destruir” muitas trajetórias escolares.

Em virtude de tantos fatores que interferem diretamente na aprendizagem do aluno e são inerentes ao fracasso escolar presente na educação básica brasileira, é válido suscitar a reflexão de que não há como ignorar tamanho problema que está diante dos nossos olhos. Professores, coordenadores, gestores, e todos os que estão diretamente envolvidos no âmbito educacional são conhecedores de tal fato por ter um convívio direto com os alunos. No entanto, é preciso ressaltar que se faz necessário uma investigação para identificar a fonte do problema, visto que as causas para a defasagem são diversas.

Nesta perspectiva Arroyo (2000) diz que não há como ignorar nem fugir de tais problemas, pois eles nos perseguem como pesadelos que atrapalham os nossos sonhos.

Entre os pesadelos constantes está o fracasso escolar. Alguém dirá, mas está quantificado: altas porcentagens de repetentes, reprovados, defasados. O pesadelo é mais do que o que quantificamos. Podem cair as porcentagens, que ele nos persegue. O fracasso escolar passou a ser um fantasma, medo e obsessão pedagógica e social. Um pretexto. Uma peneira que encobre realidades mais sérias (ARROYO, 2000, p.33).

A distorção idade-série está inserida nesse fracasso escolar o que, na maioria das vezes, é uma condição que está além da vontade do aluno, pois este é vencido por fatores que podem ser externos à escola como a situação social e econômica da família, necessidade de trabalhar, ou mesmo fatores internos, ligados ao currículo e à relação professor-aluno, acarretando a repetência e evasão escolar.

Levando-se em consideração os aspectos mencionados, se torna nítido concluir que a dificuldade de aprendizagem vai muito além dos “problemas” da criança, uma vez que o sucesso da trajetória escolar do aluno independe da sua vontade, assim como o fracasso não é um fracasso apenas do aluno, é um fracasso da escola, da família, do sistema educacional. O alcance dos resultados almejados nada mais é do que o fruto da parceria entre todos esses sujeitos envolvidos na educação de um indivíduo, considerando seus esforços e dedicação, cada um tem o seu importante papel no desenvolvimento e sucesso do processo de ensino aprendizagem, não apenas a escola, uma vez que “nenhuma escola consegue, sozinha, produzir uma sociedade justa” (DUBET, 2004, p. 545).

### **2.3 Reflexões teóricas acerca da importância da aprendizagem para a redução da distorção idade-série na escola**

Como visto anteriormente, os fatores que permeiam a aprendizagem do educando, traçando destinos de sucesso ou insucesso escolar, são muitos, e ocorrem das mais variadas

maneiras, atribuídas às circunstâncias que interferem diretamente no seguimento da trajetória escolar de um indivíduo.

A partir de tais razões, o presente subitem objetiva trazer um embasamento teórico para este estudo, fazendo referência a alguns pesquisadores que discutem sobre a importância da aprendizagem e como ela se dá no processo de escolarização, bem como apontar caminhos para que essa aprendizagem se dê de forma significativa, para que, finalmente, possa se compreender a influência desta no combate à distorção idade-série.

Em primeiro lugar, faz-se necessário a compreensão do significado da palavra aprendizagem antes de dar seguimento ao estudo, tendo em vista a sua grande importância para a vida do ser humano, uma vez que é a partir de então que se inicia todo desenvolvimento de um indivíduo enquanto um ser participante em sociedade.

Diante do exposto, trago o conceito de aprendizagem a partir do pensamento de Gilles Brougère, o qual diz que aprender trata-se de “uma dimensão potencial de todas as atividades” (2016, p. 1), acreditando ser a aprendizagem, algo cotidiano. Para Brougère, “aprender é o que permite entrar nos mundos sociais e dominar os códigos” (2016, p. 2).

De acordo com esse pensamento, é possível afirmar que a aprendizagem se dá de muitas maneiras e está em todos os lugares, ou seja, em toda e qualquer atividade que o ser humano realiza a aprendizagem está presente, por mais insignificante que pareça tal atividade. Sendo a aprendizagem algo cotidiano, vale destacar que o contexto escolar é então, apenas um dos convívios sociais de um indivíduo, estando este longe de ser o único responsável por proporcionar o aprendizado.

Segundo a teoria sócio histórica de Vygotsky, para que a aprendizagem ocorra, é necessário que o indivíduo esteja em contato com a vida em sociedade, pois é por meio da interação social e cultural que ela é efetivada. Entretanto, o sucesso da aprendizagem não depende apenas da interação com o meio social, para tanto é necessário que haja motivação e interesse por parte de quem vai aprender, seja no convívio familiar, na escola ou em qualquer outro ambiente em que haja interação e ocorra a aprendizagem.

No que diz respeito à motivação, Moraes e Varela afirmam que:

A motivação deve receber especial atenção e ser mais considerada pelas pessoas que mantêm contato com as crianças, realçando a importância desta esfera em seu desenvolvimento. A motivação é energia para a aprendizagem, o convívio social, os afetos, o exercício das capacidades gerais do cérebro, da superação, da participação, da conquista, da defesa, entre outros (2007, p. 9).

Sendo a motivação a energia para a aprendizagem há de se concordar que, para que a aprendizagem ocorra, grande parte desse processo é responsabilidade de quem está ensinando, independente do âmbito em que esse processo ocorra, o que importa é que tanto professores quanto família e demais convívios sociais, sejam conscientes do importante papel que desempenham na educação de suas crianças.

A família desempenha um papel determinante na vida educacional dos alunos, pois é no âmbito familiar que se inicia todo e qualquer processo de aprendizagem, onde a criança desde cedo é motivada a comer, falar, andar... Assim, esse processo se inicia na família e tem continuidade na escola, mas necessita indispensavelmente da parceria entre ambos para que se possa ter êxito no aprendizado.

No entanto, o que vemos nas escolas hoje é ainda o oposto, muitas famílias – por falta de tempo e também de conhecimento – delegam à escola total responsabilidade da educação de suas crianças. Ora, se ambas possuem os mesmos objetivos “[...] devem elas comungar os mesmos ideais para que possam vir a superar dificuldades e conflitos que diariamente angustiam os profissionais da escola e também os próprios alunos e suas famílias” (SOUZA, 2009).

Nesse sentido, a escola, como espaço de construção de conhecimentos, pode promover momentos de orientação destinados às famílias dos alunos, reforçando assim os laços e aproximando-se da vida cotidiana dos mesmos, e à família cabe facilitar essa aproximação e bom relacionamento em prol dos educandos. Dessa forma, todos são beneficiados e cada um cumpre o seu papel no processo educação e escolarização das crianças.

Em se tratando da esfera educacional, o educador desempenha um papel crucial na vida escolar do educando, sendo o mediador na construção desse conhecimento, não apenas um transmissor de conteúdos nesse processo, “o educador ou educadora como um intelectual tem que intervir. Não pode ser um mero facilitador” (FREIRE, 2003, p. 177 apud SCHRAM e CARVALHO, 2015, p. 8). Portanto, o educador, assim como a escola deve:

[...] priorizar conteúdos e práticas docentes que favoreçam a aquisição de uma aprendizagem significativa, pois no momento em que os alunos se conscientizam de que realmente aprendem se sentirão fortalecidos em sua autoestima, o que os deixará mais motivados na prática da igualdade entre os seres humanos (MARTINS, 2017, p. 23).

A colocação do autor vai ao encontro do pensamento de Abed (2014, p. 60) a qual enfatiza que “o uso de diferentes e variados recursos e estratégias de ensino poderá ajudá-lo

na tarefa de provocar, nos alunos desmotivados, o desejo de aprender, conquistando-os e tornando-os cúmplices na jornada da construção do conhecimento”.

Isto significa dizer que o educador tem autonomia e capacidade para utilizar todos os recursos que considerar necessário para a aprendizagem do seu aluno, podendo ser decisivo na vida deste, uma vez que o educador, comprometido com o seu trabalho e com a sua tarefa de ensinar, utilizando metodologias adequadas, pode contribuir significativamente na vida do seu aluno apresentando-lhe a possibilidade de um futuro digno.

Martins (2017, p. 23-24) vem reforçar ainda mais esse pensamento ao afirmar que

[...] se o professor tiver condições de lançar mão de estratégias para realizar o seu trabalho de forma a ativar o conhecimento, conseguirá provocar no aluno a vontade de aprender e conseqüentemente avançar nos seus estudos e, dessa forma, combater este problema constante em nosso país de distorção idade-série.

Contudo, há um conjunto de características essenciais a um educador compromissado com o seu trabalho, pois assim como um professor tem a capacidade de modificar um possível futuro de fracasso de uma criança por meio de suas metodologias e práticas pedagógicas, tem também de interromper quaisquer esperanças de um futuro melhor através da negligência, falta de empatia e amor ao próximo, daí a imensa responsabilidade que um educador carrega em seus ombros, depositada pela família, pela escola e pelo próprio aluno, sendo este verdadeiramente capaz de cumpri-la se assim o quiser e lutar por isso.

[...] A aprendizagem dos educandos tem que ver com a docência dos professores e professoras, com sua seriedade, com sua competência científica, com sua amorosidade, com seu humor, com sua clareza política, com sua coerência, assim como todas as estas qualidades têm que ver com a maneira mais ou menos justa ou decente com que são respeitados (FREIRE, 2003, p. 125 -26, apud SCHRAM e CARVALHO, 2015, p. 14).

Diante da colocação do autor pode-se perceber que para além do querer de um educador, da sua força de vontade e compromisso com a sua tarefa de ensinar, está o modo como este é tratado, bem como as condições de trabalho que lhes são oferecidas, pois mesmo apresentando todas essas qualidades, um professor dificilmente conseguirá sozinho desempenhar o seu trabalho com excelência, necessita de suporte que lhe ajude a desempenhar um trabalho digno em prol da garantia de escolarização dos seus educandos.

Por outro lado, Brougère (2016, p. 3) traz uma reflexão muito pertinente a essa discussão, o autor enfatiza que “[...] não é porque o ensino é visível que a aprendizagem ocorre (se fosse assim, os casos de fracasso escolar seriam impossíveis)”. De fato, há de se concordar que nem todo ensino gera aprendizagem, para tanto, faz-se necessário que o

educador desempenhe o seu trabalho a partir da composição de todas as características citadas anteriormente, bem como é necessário que estas sejam consideradas e respeitadas.

Quantos de nós não estivemos em uma sala de aula onde tínhamos que memorizar os conteúdos para fazer uma prova e depois esquecíamos tudo? Práticas estas que perduram até hoje. O pensamento de Brougère traz à discussão a configuração de um ensinamento mecânico, sem autorreflexão e sem autoavaliação da prática pedagógica, é um trabalho realizado em vão, uma mera transferência de conteúdos, um ensino vazio. A esse respeito Freire concorda ao dizer que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 21), voltando novamente a enfatizar o papel do educador de motivar e instigar o aluno ao conhecimento.

Os estudos de Piaget apontam os diferentes estágios pelos quais passa o desenvolvimento de uma criança, onde a cada fase a criança adquire determinados conhecimentos. Entretanto, nem todos os alunos aprendem ao mesmo tempo, cabe ao professor respeitar os diferentes níveis de aprendizagem e fazer uso de estratégias de ensino que possibilitem o aprendizado a todos.

Paulo Freire, considerado um dos maiores educadores dos últimos tempos, diz em sua obra “Educação como Prática da Liberdade”, que “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 1979). Havemos de concordar que este é um discurso tão atual quanto os que são pronunciados hoje em dia, trazendo à reflexão a realidade que ainda hoje se encontra a educação brasileira.

Lutar por uma educação verdadeiramente de qualidade é sem dúvidas um ato de amor e coragem, o contexto educacional do país hoje comprova isso enfaticamente, é preciso amor para insistir na luta e coragem para resistir, por isso a necessidade mais do que nunca de verdadeiros educadores que resistam às imposições existentes, em prol da esperança de um futuro digno para a educação das crianças e jovens do nosso país.

Pode parecer exagero pensar na distorção idade-série como causadora de tantos males e de tamanhas proporções, contudo, basta olhar ao redor para enxergar como o fracasso escolar tem destinado crianças ao trabalho, adolescentes sem perspectivas de um futuro promissor, jovens envolvidos com drogas e violência e adultos frustrados por não levarem a vida que gostariam. Tudo isso está intimamente ligado à educação, e é por isso que “[...] acreditamos que o combate à distorção idade-série é importante, pois possibilita a todos plena oportunidade de direitos na vida em sociedade” (MARTINS, 2017, p. 23).

### **3 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA E A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE**

Esta seção discorre de uma análise reflexiva do Projeto Político Pedagógico da Escola-campo do presente estudo, onde serão destacadas algumas partes deste no que diz respeito ao fracasso escolar a partir da distorção idade-série, objetivando identificar como a temática estudada é abordada no projeto, bem como analisar a percepção e compreensão do corpo docente e da gestão escola quanto à construção do PPP.

Mas primeiramente, para fins de contextualização, será apresentado um breve histórico das origens do município de Acará e um breve histórico da escola-campo, os quais se caracterizam como contexto da pesquisa do presente estudo, uma vez que o estudo da história do local onde se desenvolve esta pesquisa contribui para situar o leitor para que se possa ter conhecimento e compreensão quanto às particularidades, costumes e cultura dos habitantes do município, lembrando sucintamente seu percurso histórico e suas conquistas com o decorrer do tempo.

Para a elaboração do histórico do município e da escola foram utilizadas informações do site da Prefeitura, do site do IBGE, da obra “Maré grande no vale do Acará” de Benedito Passos (2002), foi utilizado também o Projeto Político Pedagógico da escola e informações coletadas através de uma conversa com a Profa. Aldeli Lisboa de Paula.

#### **3.1 Breve histórico das origens do município de Acará**

Figura 1: foto do município de Acará



Fonte: google

O município de Acará, o qual possui o gentílico de “Acaráense”, está localizado na Mesorregião do Nordeste do estado do Pará, região Norte do Brasil e pertence à microrregião de Tomé-açu. Está situado a uma distância de 65 km em linha reta da capital do estado e possui as seguintes características geográficas: latitude 01°57'39" sul e longitude 48°11'48" oeste; altitude de 25m; população estimada em 2019 de 55.591 mil habitantes distribuídos em 4.343,550 km<sup>2</sup> de extensão territorial, com densidade demográfica de 12,33 hab./km<sup>2</sup>.

O município é cortado pelo rio Acará, e à sua frente deságuam os afluentes: rio Acará-mirim e rio Miritipitanga. Tem como municípios limítrofes: Belém, Ananindeua, Barcarena, Moju, Bujaru, Tailândia, Tomé-Açu e Concórdia do Pará. O seu nome tem origem indígena que significa “aquele que morde”, fazendo referência ao peixe popularmente conhecido como *acará* ou *cará*, que devido a uma grande quantidade destes peixes encontrada pelos exploradores portugueses nos rios, o município recebeu este nome.

Seu início se deu no período da colonização da Província do Grão Pará pelos portugueses, que, atraídos pela facilidade de navegação nas águas do Rio Acará e posteriormente pelas terras férteis e abundância de madeiras de lei, se instalaram ali, e em seguida, inúmeras pessoas se dirigiram para lá, se formando um povoado.

Em 1758, a povoação foi elevada à categoria de Freguesia de São José, sendo batizado originalmente como São José do Acará. Só em 19 de abril de 1875, devido ao seu desenvolvimento, a então Freguesia foi elevada à categoria de Vila, criando-se então o município de Acará.

Posteriormente à Revolução de 1930, por meio do Decreto Estadual nº 06, de 04 de novembro, o município de Acará foi suprimido e teve seu território anexado ao do município de Belém. No entanto, em 1932, o território de Acará obteve novamente sua autonomia, sendo desanexado de Belém e reconhecido como Município em 1935, onde hoje é sede municipal.

O índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é considerado baixo, 0,506 em 2010.

No que concerne à educação, o município possui o IDEB de 3,7 dos anos iniciais do ensino fundamental (2017), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 92,9% (2010). No município há 233 escolas de nível fundamental e médio, distribuídas na área rural e do município, dentre essas, duas são estaduais, no caso as de nível médio.

No que se refere à economia, o município conta principalmente, com atividades agropastoris, extrativismo e a pecuária: cultivo de frutas diversas (açaí, cupuaçu, pupunha), pimenta-do-reino, e mais recentemente, o dendê. É ainda considerado o maior produtor de mandioca do país. Outro fator importante na economia e na cultura do município é o

estabelecimento de uma colônia de imigrantes japoneses que cultivam, principalmente, a pimenta-do-reino.

Acará também é terra de homens ilustres do Brasil, como exemplo, o inventor e pioneiro da aviação civil na Amazônia: Júlio César Ribeiro de Sousa; o jornalista e criador do jornal da Amazônia "O Paraense": Felipe Patroni; e Antônio Manoel de Barros Filho, popularmente conhecido como Suíço, um futebolista brasileiro, primeiro jogador convocado para a Seleção Brasileira de Futebol, saído de um clube paraense, o Paysandu.

### **3.2 A escola-campo**

A escola-campo da presente pesquisa faz parte da esfera municipal, está situada na área urbana do município de Acará, na Rua Luiz Miranda, esquina com a Tv. Ernesto Geisel, nº 629, Bairro Cacoal. Fundada em 1998, a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Profa. Maria Antonieta de Paiva recebeu esse nome em homenagem a uma professora leiga que contribuiu significativamente com a educação no município de Acará.

A EMEIEF Profa. Maria Antonieta de Paiva teve início a partir da grande necessidade de haver uma escola no bairro, no final da década de 90. Na época, as coordenadoras da comunidade do bairro do Cacoal, atualmente professoras, Maria Ivete Dias Trindade e Aldeli Lisboa de Paula, foram muito procuradas pelas famílias que residiam ali na tentativa de que as ajudassem para que suas crianças pudessem estudar. Assim, com o surgimento do programa do governo federal "Toda Criança na Escola" as duas coordenadoras iniciaram uma pesquisa para levantar o quantitativo de crianças, desta forma, puderam identificar que mais de 100 crianças e adolescentes estavam fora da escola. Os motivos eram que, além de não haver uma escola próxima e também a dificuldade financeira, a maioria destes não possuía documentos, inclusive muitos pais também não tinham e isso dificultava muito a entrada destes na escola.

A partir daí, foi realizada uma reunião com os membros da comunidade para que todos pudessem ter conhecimento sobre a gravidade do problema, então, conseguiram uma parceria com o fórum da justiça para emissão dos documentos e com a prefeita da época, a qual sugeriu que o barracão da comunidade fosse utilizado temporariamente para funcionamento das aulas até a construção do prédio oficial. Após isso a escola foi efetivamente legalizada, então foi marcado o início das aulas para o dia 02 de março de 1998, onde iniciou com 143 alunos, 06 funcionários (professores e apoio) e com o nome provisório de "Escola do Cacoal", o nome atual só foi oficializado no dia 17 de julho de 1999.

Atualmente a escola atende 441 alunos, distribuídos em turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) nos turnos manhã e tarde, e Educação de Jovens e Adultos – EJA (1ª e 2ª etapas) no turno da noite.

A estrutura do prédio está atualmente dividida da seguinte maneira: 09 salas de aula, 01 laboratório de informática, 01 sala de diretoria e coordenação pedagógica, 01 secretaria, 01 biblioteca, 01 sala de recurso multifuncional (AEE), 02 banheiros para funcionários e 03 para alunos, 01 copa, 01 depósito de merendas, 01 depósito de materiais pedagógicos e 01 refeitório.

No município de Acará as escolas localizadas na área urbana são escola-núcleo das escolas situadas na área rural, assim, a escola Profa. M<sup>a</sup> Antonieta de Paiva é também escola núcleo e possui as seguintes escolas nucleadas:

Para Educação Infantil Creche e Pré-escola e Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano:

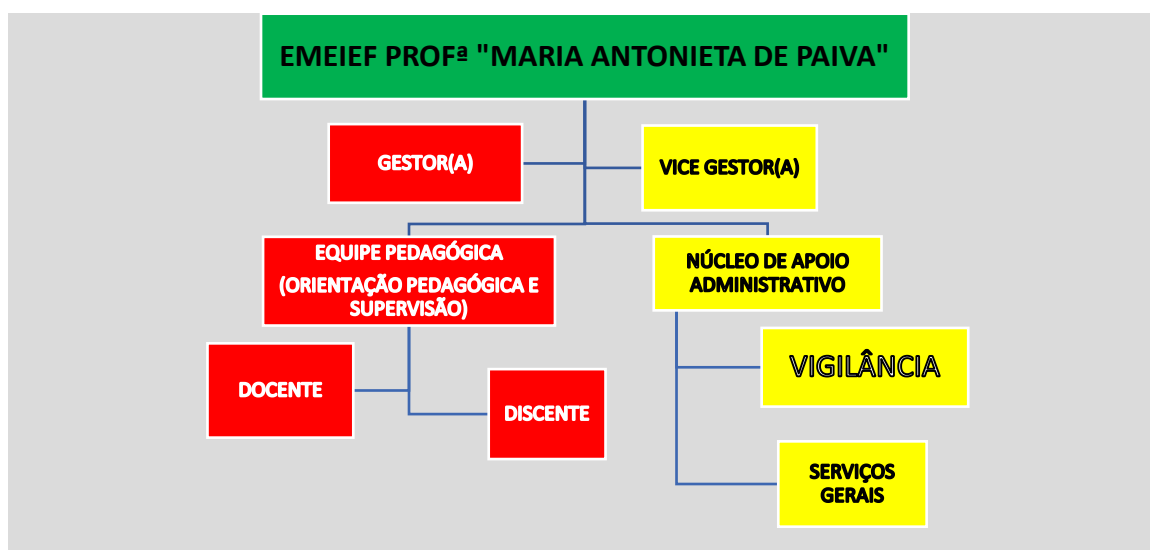
- EMEIF 20 DE MARÇO, sito à Comunidade Santo Estêvão, Baixo Acará;
- EMEIF SANTA MADALENA, sito à Rodovia Acará-Moju, km 07, Ramal do Seringal;
- EMEIF SÃO ROSÁRIO, sito ao Sítio Rosário, Baixo Acará.

E para Educação Infantil em nível de Pré-escola e Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano:

- EMEIF SÃO JOSÉ III, sito ao Rio Miritipitanga.

A escola conta, em seu quadro de funcionários, com 56 servidores, sendo estes divididos em: direção, vice direção, supervisão, coordenação pedagógica, professores e apoio (vigias, merendeiros, secretaria e serviços gerais). Apresenta-se ainda em um Organograma Institucional, organizado em modelo hierárquico, de cima para baixo, na seguinte estrutura:

Figura 2: Organograma institucional da EMEIEF Maria Antonieta de Paiva



Fonte: Projeto Político Pedagógico da escola Maria Antonieta

### **3.3 O Projeto Político Pedagógico da escola e a distorção idade-série**

Neste trecho é apresentada uma análise reflexiva do Projeto Político Pedagógico da escola-campo da presente pesquisa, especificamente, no que diz respeito ao fracasso escolar a partir da distorção idade-série, de maneira que se possa identificar se a temática estudada é contemplada neste documento e se a escola está preocupada em combater esse problema, assim como identificar de que maneira ela se planeja para isso.

Para tanto, serão destacados apenas alguns trechos do PPP para reflexão, referentes à temática aqui estudada. São estes: Fundamentação teórica; Pressupostos filosóficos; Caracterização do perfil da comunidade escolar; Limites e possibilidades; definição das metas a serem cumpridas; Sala de reforço escolar – a qual é uma das ações desenvolvidas na escola; Avaliação.

Partindo do princípio de que o Projeto Político Pedagógico é o documento de referência de qualquer instituição de ensino, em outras palavras, é a ferramenta pedagógica que norteia todo o trabalho da escola, este deve contemplar todas as dificuldades e os problemas vivenciados por ela bem como as suas metas e possíveis soluções para estes problemas, descrevendo o caminho que será percorrido para alcançar esta solução.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e bases da Educação – LDB (Lei 9394/96), determina a obrigatoriedade das instituições de ensino quanto à elaboração dos seus Projetos Político Pedagógicos com a participação da comunidade escolar e dá autonomia para que cada escola construa a sua proposta pedagógica levando em consideração o contexto no qual ela está inserida, com o objetivo de que as dificuldades e as metas descritas no documento estejam de acordo com a realidade e as particularidades da comunidade escolar (BRASIL, 1996).

O Projeto Político Pedagógico da escola Profa. Maria Antonieta de Paiva apresenta-se caracterizando o papel desse documento e destacando alguns pensamentos de Gadotti (2000) e Veiga (2004) no que diz respeito à importância de um projeto educacional para o direcionamento dos trabalhos da escola como guia para uma educação inclusiva e de qualidade, tomando-os como base teórica.

Ao apresentar os seus pressupostos filosóficos, o PPP destaca que a escola almeja trabalhar o processo de ensino e aprendizagem dentro da concepção sócio interacionista de Vygotsky, trabalhando a interdisciplinaridade e a transversalidade. No entanto, isso é tudo o que diz o projeto, sem conceituações, deixando de dar ênfase nesse ponto de suma importância, uma vez que o embasamento teórico possui um papel crucial para orientação e construção do PPP.

Outro ponto que merece destaque é a caracterização do perfil da comunidade escolar e do seu alunado, o projeto ressalta que os alunos que são atendidos por ela são oriundos do mesmo bairro em que a escola está situada, o qual se configura um bairro periférico, de famílias carentes e de baixa renda, onde a maioria sobrevive de atividades informais, sem renda fixa e conta com programas sociais do governo. Observa-se ainda, o baixo nível de escolaridade de grande parte das famílias pertencentes à comunidade escolar, sendo a maioria analfabeta ou que não concluiu o ensino fundamental I.

Em vista disso, afirma que algumas características sociais que se apresentam no cotidiano da vida dos educandos dessa localidade como: a violência, a desigualdade social, a individualidade, os valores distorcidos, dentre outras, refletem no processo de ensino e aprendizagem, ressaltando ainda mais a importância da instituição no bairro e a importância que tem o estudo na vida dos alunos, vendo a escola como algo que traz esperança para a superação dessa realidade.

Mais adiante o documento ressalta ainda, na descrição dos seus limites e possibilidades, mais alguns problemas enfrentados pela instituição, especificamente, no que diz respeito aos educandos:

[...] Percebemos a multiplicação de atitudes socialmente inusitadas e inconvenientes tais como: o descompromisso com o outro; a falta de motivação para qualquer tipo de atividade; a ausência de perspectiva para si mesmo; a indisponibilidade para qualquer reflexão; a sexualidade banalizada; a violência em suas diversas manifestações; dentre outros aspectos que geram insucessos nos estudos levando os alunos à evasão ou repetência [...]. Diante desses fatos os professores têm se sentido “impotentes” em sua função fundamental: a de ensinar (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EMEIEF PROFA. M<sup>a</sup> ANTONIETA DE PAIVA, 2019, p. 14-15).

Percebe-se que o projeto dá ênfase às dificuldades que enfrenta quanto ao seu alunado, descrevendo com clareza um aluno que de certa forma, interfere no desenvolvimento do trabalho do professor e nos resultados de sua própria aprendizagem, devido ao seu mau comportamento. Entretanto, não é dada essa mesma ênfase no que diz respeito às possibilidades de ação contra esses problemas, haja vista que se o aluno é o foco central do processo de ensino aprendizagem, o documento orientador de todo esse processo, que é o PPP, deve contemplar essas ações.

Pensando no fato de que cada lugar e cada escola possuem as suas peculiaridades e que toda escola enfrenta problemas, inclusive escolas situadas em bairros periféricos – devido à falta de suporte por parte do poder público como é o caso da escola pesquisada, os

planejamentos de ações e as metas devem estar minuciosamente descritos em sua proposta pedagógica. Em vista disso, a escola deve definir claramente quais objetivos almeja alcançar.

A esse respeito Veiga declara que:

O projeto político pedagógico, ao mesmo tempo em que exige dos educadores, funcionários, alunos e pais a definição clara do tipo de escola que intentam, requer a definição de fins. Assim, todos deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar. As ações específicas para a obtenção desses fins são meios. Essa distinção clara entre fins e meios é essencial para a construção do projeto político pedagógico (2002, p. 17).

No que se refere à definição das metas a serem cumpridas o projeto lista como uma delas “Reduzir o índice de retenção e/ou reprovação e evasão escolar, promovendo oficinas, jogos recreativos e didáticos, reforço escolar no turno e contra turno e orientação pedagógica” (p. 16). A proposta em si é relevante para auxiliar nos trabalhos pedagógicos, contudo, o que pôde ser observado na escola é que além das aulas de reforço escolar, não são oferecidos de fato outros tipos de atividades motivacionais.

Além disso, a escola desenvolve as suas atividades durante o ano todo atreladas às datas comemorativas, algo que ainda está enraizado na maioria das escolas brasileiras, dessa forma, os projetos desenvolvidos são referentes a essas datas, afastando as suas ações do que está descrito no Projeto Político Pedagógico, assim, o único auxílio aos alunos com dificuldades na aprendizagem são as aulas de reforço.

Segundo a direção da escola, a sala de reforço escolar tem auxiliado a escola no que diz respeito ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos em defasagem idade-série, e esta, de acordo com o PPP, surgiu devido ao baixo nível de aprendizagem de alunos, sendo estes identificados durante as aulas pelo professor por meio de testes de sondagem realizados no início e no final de cada período. Assim, o reforço escolar:

Objetiva a aprendizagem dos educandos em nível de desigualdade com ritmo da turma, consolidando e ampliando os conhecimentos, enriquecendo as experiências culturais e sociais para assim ajudá-lo a vencer os obstáculos presentes em sua aprendizagem, ajudando os alunos com maiores dificuldades em aprendizagem, estimulando o aluno a localizar os erros, reduzir o numero de alunos com reprovação nas series iniciais e do ensino fundamental e permitir ao aluno que compreenda seu potencial (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EMEIEF PROFA. M<sup>a</sup> ANTONIETA DE PAIVA, 2019, p. 18).

O último ponto destacado do PPP refere-se à avaliação deste, onde afirma que o projeto será avaliado, reelaborado, redimensionado e realimentado caso necessário a cada dois anos. Ressalta ainda:

O presente Projeto será executado em seu dia-a-dia na escola observando-se os pressupostos que o embasam e os elementos facilitadores, bem como as dificuldades a serem superadas em nossa comunidade, seu potencial, os pontos fortes e fracos. Através deste, visamos a integração entre escola e comunidade fazendo uma análise realista da missão da escola, do perfil do cidadão, da aprendizagem, dos conteúdos da metodologia, dos recursos didáticos, da organização curricular e da avaliação, considerando-se sempre a igualdade, a sensibilidade e a identidade (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EMEIEF PROFA. M<sup>a</sup> ANTONIETA DE PAIVA, 2019, p. 26).

Outro fato identificado é que o próprio documento se apresenta por vezes contraditório, haja vista que nele está ressaltado o que Veiga (2002) coloca ao dizer que um PPP não deve ser construído e engavetado ou esquecido quando apresentado às autoridades educacionais para cumprimento das tarefas burocráticas. No entanto, alguns professores, por meio da entrevista, relataram que o documento encontra-se defasado e teve a sua última atualização no ano de 2012, momento em que houve a participação de todos os membros da escola para a sua construção.

Após isso, o projeto teve uma rápida atualização no ano presente a partir da inserção do Programa de Residência Pedagógica na escola. No entanto, essa atualização além de ter sido realizada somente pela equipe gestora da escola (direção e coordenação), não foi suficiente para colocar o projeto de acordo com a atual realidade da escola, mas ainda assim ele foi apresentado em reunião para aprovação onde estavam presentes gestão, coordenação, corpo docente e alguns acadêmicos participantes do programa de Residência Pedagógica.

Nesse momento percebe-se que o projeto não contou com a participação do professor, o qual é um sujeito de suma importância na construção deste, uma vez que o docente é aquele que convive diariamente em um contato mais próximo com o aluno, assim, no planejamento da organização pedagógica, ele é a pessoa que pode relatar as dificuldades dos seus alunos e contribuir no planejamento das ações para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra com mais eficiência.

Portanto,

[...] Cabe ao gestor escolar como líder, como educador da coletividade de maneira eficiente e prática, envolver todos os segmentos; professores, alunos, pais, funcionários, comunidade, influenciando-os e ajudando-os positivamente para participarem, protagonizarem as mudanças e transformações que se fizeram necessárias para que a escola cresça e seja eficaz conquistado uma educação pública de qualidade para todos (PARO, 1992).

Assim, não só o professor é importante nesse processo, mas toda a comunidade escolar é indispensável para que a proposta pedagógica da escola contemple de fato as

especificidades do contexto no qual está inserida, em vista do bom seguimento dos trabalhos pedagógicos e do sucesso na aprendizagem do educando.

A partir da análise feita no PPP, juntamente com as observações e informações coletadas nas entrevistas foi possível identificar que o projeto não é utilizado como documento orientador para o desenvolvimento dos trabalhos da escola, assim como também nele não estão contempladas todas as necessidades e ações a serem desenvolvidas para o alcance dos resultados almejados pela escola. Foi identificado também que embora a escola esteja preocupada com a aprendizagem dos alunos, oferecendo-lhes reforço escolar, ainda deixa muito a desejar quanto à organização do seu trabalho como um todo, inclusive na revisão do seu projeto.

#### 4 AS ENTREVISTAS COM OS SUJEITOS: ANÁLISE E REFLEXÕES

Nesta última seção o presente estudo apresenta a análise das falas dos sujeitos que fizeram parte desta pesquisa por meio das entrevistas semiestruturadas, atreladas à observação participante realizada em sala de aula no decorrer da pesquisa, bem como observação durante um plantão pedagógico na escola, visando compreender na visão dos sujeitos entrevistados, o que tem levado grande parte dos educandos ao fracasso escolar e por meio das observações, analisar comportamentos tanto dos alunos quanto dos pais desses alunos.

Por motivos de ética profissional neste trabalho as identidades dos sujeitos entrevistados serão mantidas em anonimato, a eles referindo-se como Professor A, Professor B, Professor C, Representante da direção e Representante da SEMED (Secretaria Municipal de Educação). As entrevistas ocorreram entre os dias 19 de junho a 04 de julho de 2019, a entrevista com o representante da secretaria de educação foi realizada em um gabinete da prefeitura municipal e as demais entrevistas foram realizadas na escola-campo desta pesquisa, de acordo com os horários disponibilizados pelos entrevistados.

Dentre os vários questionamentos levantados durante as entrevistas com todos os participantes, serão destacados para análise apenas os que demonstraram ter maior relevância para esta pesquisa. Dessa forma, serão utilizadas apenas algumas questões feitas para cada entrevistado. No decorrer das entrevistas algumas questões que não constavam no roteiro foram surgindo e outras que constavam foram descartadas, assim, buscou-se construir o texto o mais dinâmico possível para que a compreensão deste não se torne difícil, de maneira que, no decorrer da leitura, o leitor possa compreender os resultados da pesquisa pelas falas dos sujeitos, as análises do pesquisador e o referencial teórico utilizado para fundamentação.

A primeira questão a ser destacada aqui foi feita a todos os sujeitos entrevistados, e teve a intenção de compreender, a partir da visão de cada um, quais as causas do fracasso escolar e, quando perguntados, obtive as seguintes respostas:

[...] Existem vários fatores, [...] às vezes é mudança de localidade às vezes o aluno, ele morava no interior e ele veio pra cidade e lá tiveram alguns fatores que foram preponderantes pra que ele não tivesse tempo de estudar, às vezes a família de classe média baixa, né? E precisava ajudar os pais no trabalho de lavoura. Pode ser transporte escolar também, é um fator que contribui pra essa distorção também, mas na maioria das vezes é a pobreza, o pai prefere levar ele pra ajudar no trabalho no dia a dia do que mandar ele pra escola, não tem aquele compromisso [...] e na maioria das vezes essa distorção acontece principalmente nas escolas mais afastadas da cidade, [...] às vezes uma separação de um casal... Se a gente for pontuar são muitos fatores. (REPRESENTANTE DA SEMED)

[...] São vários fatores, às vezes vem da família, até mesmo da escola, por que não dizer? [...] Quanto à família a gente vê que tem famílias que são muito empenhadas, responsáveis pelos seus filhos, mas a gente vê que aqui na escola tem famílias que

não têm muita preocupação, não vêm na escola ver como o seu filho está, não acompanha dentro de casa quando ele leva o trabalho pra fazer em casa [...]. Às vezes o aluno é criado com a avó ou só com o pai, ou só com a mãe, com pais analfabetos que às vezes querem ajudar os filhos e não sabem [...]. Quando há separação também a gente percebe aqui na escola, o aluno tem uma aprendizagem boa, mas de repente começa a regredir, [...] então a criança sente muito o impacto, os pais podem não perceber, mas a escola percebe, o professor percebe. A família é o principal instrumento para que a aprendizagem do aluno avance. [...] Quanto à escola, a gente sabe que não tem uma escola que o aluno precisa ter, [...] de estrutura pra que esse aluno se sinta a vontade, pra que ele goste e se sinta bem na escola [...]. O bullying também é um problema dentro da escola. (REPRESENTANTE DA DIREÇÃO)

[...] Eu não posso dizer que é culpa só dos pais, eu não posso dizer que é culpa dos professores que passaram pela vida dessas crianças, eu posso dizer que é um acúmulo de coisas, eu acredito que a maioria das crianças é formada por pais separados, alunos que vivem só com a avó, ou que vivem com o tio, então eu posso dizer que a dificuldade maior está com a questão estrutura familiar, aí se vem esse desequilíbrio na família, acarreta aqui na escola, [...] muitos vivem com mãe ou vó que não sabe ler, como é que vou ensinar uma criança se eu não sei ler? Até conversei com os pais na última reunião pedagógica da importância deles estudarem pra ensinar os alunos [...]. Também eu acredito que o processo de alfabetização que não foi feito correto, porque se o aluno for bem alfabetizado desde a educação infantil, ele não vai chegar no 3º ano desse jeito. [...] Então são esses três aspectos: família, má alfabetização e analfabetismo dos pais. (PROFESSOR A)

(risos) Isso é uma dúvida não só na minha cabeça, mas na cabeça de muitos porque a nossa escola tem um quadro bom de funcionários, eu penso assim “eu tô fazendo a minha parte”, aí o outro professor também pode pensar isso [...] e o que é que tá acontecendo com os nossos alunos? [...] Aí a gente vai pra questão da família, a gente não culpa só a família, mas aí o que a gente tá fazendo pra mudar isso? Eu acho que a escola, enquanto órgão maior não tá muito se preocupando com relação a isso, [...] Eu acho que a questão familiar, você vê que os pais não participam, você tem que estar cobrando, estar indo atrás, às vezes até ameaçando com o bolsa família pra eles virem participar, isso interfere muito, as crianças faltam na escola, o pai não procura vir. São as famílias mais carentes até porque o nosso bairro é um bairro carente, a maioria dos nossos alunos são de famílias carentes. (PROFESSOR B)

São vários fatores que implicam nessa questão do fracasso, tem a questão do interesse, às vezes do próprio aluno que não tem, é uma questão muito complexa, envolve a questão familiar, [...] implica muito a participação da família mesmo e a metodologia também em sala de aula. Se a escola não tiver realmente uma parceria entre escola e família, a dificuldade é muita, porque o professor sozinho não consegue, o aluno pode até se esforçar, mas se ele não tiver o apoio dentro de casa... (PROFESSOR C)

A partir destas colocações, é possível identificar que todos os entrevistados atribuem os maiores problemas às famílias dos alunos, sendo pelas dificuldades financeiras, por ausência ou por “desestruturação” como alguns se referem, a família é vista pela escola como um fator fundamental no processo de ensino e aprendizagem e que tem deixado a desejar. Na fala do representante da SEMED percebe-se que ele traz várias suposições, o que demonstra não ter muita segurança ao falar no assunto, colocando possíveis razões para tal problema.

Algo que considero importante destacar aqui é uma frase dita pelo representante da direção ao afirmar que “a família é o principal instrumento para que a aprendizagem do aluno

avance”. Tal depoimento vem ratificar o pensamento de Souza (2009, p.8) quando assegura que “é importante que a família esteja engajada no processo ensino-aprendizagem. Isto tende a favorecer o desempenho escolar, visto que o convívio da criança com a família é muito maior do que o convívio com a escola”.

No depoimento do Professor B observa-se que, inicialmente ele fez uma rápida reflexão em relação ao seu trabalho e chega à conclusão de que o problema está relacionado à escola como organização e à família pela sua falta de participação, ressaltando que a escola não está muito preocupada quanto a isso. Souza afirma que:

Na verdade encontrar formas de interagir com as famílias e comunidade de modo a favorecer um trabalho conveniente e propício a todos se constitui num grande desafio para a escola. Diante dessas premissas, percebe-se que o papel da escola supera a condição de mera transmissora de conhecimentos (2009, p. 17).

No que diz respeito ao índice de alunos em situação de defasagem idade-série na escola, foi perguntado ao representante da direção da instituição se a mesma tem conseguido reduzir esse quantitativo, e de que maneira. Assim, a resposta do entrevistado foi a seguinte:

Sim. Nós tivemos um projeto, que é o “Novo mais alfabetização” que vem pra somar, pra ajudar a diminuir essa repetência, principalmente [...]. E tem o reforço que ajuda muito. O novo mais alfabetização vem mais pro 3º e 4º ano porque é onde há mais repetência. No 1º e no 2º ano a criança passa automaticamente de ano, quando chega no 3º muitos ainda não conseguiram ler, então há a repetência porque esse aluno pode ser retido, então a gente tá trabalhando com esse programa e o reforço e dentro da sala de aula o professor faz o trabalho de acordo com a realidade dos alunos que estão lá. [...] Então os técnicos juntos com o professor, analisam, conversam e veem de que maneira pode ser trabalhado, assim com todos os outros alunos, os especiais também. Nos primeiros meses de sala de aula o professor só faz uma diagnose de como os alunos estão, a partir daí ele vai ver a situação de cada aluno. O professor trabalha o ano todo com o aluno, ele sabe o aluno que tem condições de avançar e o aluno que não tem. [...] Então se a gente tiver mais um pouco de carinho com o aluno e ver porque não tá conseguindo aprender, entendê-lo. Reprovar, só se for um extremo. [...] O professor tem condições de mudar o destino do aluno. (REPRESENTANTE DE DIREÇÃO)

O depoimento do representante da direção aborda duas maneiras de ajudar o aluno em defasagem, o reforço escolar e o Programa Mais alfabetização, algo que parece muito positivo para a escola, entretanto, o Mais alfabetização só funcionou na escola no ano anterior, algo que a própria direção disse logo após. Também tal programa é voltado para a alfabetização de alunos do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, fato que se mostra divergente à fala da direção. Em outras palavras, o único auxílio a mais, oferecido aos alunos com dificuldades, é o reforço escolar.

Na intenção de identificar de que maneira a Secretaria de Educação do Município age perante esse problema, foi questionado ao representante da secretaria se esta possui alguma política para a redução da distorção idade-série nas escolas, e quais são estas políticas. O entrevistado afirmou o seguinte:

Tem os projetos, que são os projetos de aceleração. [...] Parte também da SEMED com orientação dos técnicos daquela escola que fazem a diagnose e detectam a distorção, então a SEMED intervém em mandar, em orientar a escola, também ajudar na orientação pra que a escola diminua esse percentual. (REPRESENTANTE DA SEMED)

O representante da SEMED falou várias vezes em projetos, no entanto não mencionou nenhum em específico, a partir disso, busquei investigar na escola se realmente a secretaria desenvolve esse trabalho, e pude constatar que não, inclusive, em uma das falas do Professor B, ele ressalta o seguinte:

Os projetos daqui da escola não são voltados diretamente pra os problemas dos alunos, até questionei um dia porque os projetos que a gente fizer aqui tem que voltar pra realidade que a gente tem na escola, o que a gente vai alcançar com esse projeto? Às vezes a gente faz projeto de data comemorativa pra ensinar o dia que comemora alguma coisa e tal, mas não volta à realidade do aluno, que é bem gritante aqui na nossa escola essa questão da distorção, aí eu penso que os projetos que estão sendo realizados não estão focando esses fatores.

Diante do exposto, é possível perceber as divergências entre os depoimentos vindos da secretaria e os vindo da escola, uma vez que de acordo com o Professor B, os únicos projetos desenvolvidos na escola são referentes a datas comemorativas ou outros assuntos que não focam as reais necessidades da escola.

Aos sujeitos que representaram a escola neste estudo foi perguntado também sobre o relacionamento entre as famílias dos alunos e escola, na tentativa de compreender a partir das falas destes como se dá essa relação, tendo em vista que a família como sendo parte da comunidade escolar, possui um papel crucial no processo de escolarização dos alunos. Assim, obtive as respostas abaixo:

A gente trabalha diretamente com as famílias, chamando pra resolver alguma situação, assim como também eles vêm pra assinar bolsa família, para as reuniões, esse contato temos direto. [...] Então pra mim é um bom relacionamento, nunca tive problema. Eles têm uma confiança muito grande em mim e eu também tenho um respeito muito grande pela comunidade. Todos os pais daqui a gente já se conhece, então o trabalho fica mais fácil. Antes deixavam muito a desejar, mas hoje estão bem mais assíduos, eles vêm mesmo. Se tem uma reunião eles vêm. Se não vêm eles avisam. Participam mesmo. Têm as exceções, pais relapsos, a gente sabe, mas a maioria vem. (REPRESENTANTE DE DIREÇÃO)

Na verdade, uma das funções sociais da escola é buscar mecanismos pra trazer os pais pra escola, porque geralmente eles tiram pouco tempo pra vir na escola [...] Muitos pais chegam na escola e dizem não dar conta mais do filho, então muitos jogam completamente pra escola, como se a escola tivesse condições de suprir todas as necessidades da criança, certo, que a gente sabe que a escola é uma extensão só, mas valores e outras coisas é a família que ensina, é na família que começa todo esse aprendizado [...] e o que atrai muitos pais é o bolsa família, tem que assinar a frequência. É feito o plantão pedagógico e a gente fica o dia todinho aqui, e se tu ver a frequência... Então o bolsa família faz os pais empurrarem a criança pra escola, eles não colocam na cabeça da criança a importância da alfabetização e letramento pro futuro, o importante pra eles é esse momento de vir pra escola por causa do bolsa família, como se só isso fosse o essencial, mas eles não levam em consideração que eles vindo pra escola e não tendo um rendimento satisfatório, posteriormente vai ser cobrado deles. (PROFESSOR A)

Tumultuado, às vezes a gente tem que ameaçar com o bolsa família pra virem na escola, o que eu não acho muito legal, mas é uma forma que a gente tem de trazer a família pra escola porque se você marcar a maioria dos pais não comparece, porque eles não dão importância, porque eles pensam que o dever da educação dos filhos deles está com a gente, -“porque a professora recebe um salário ela tem obrigação de ensinar meu filho”. (PROFESSOR B)

Eu acho que é uma experiência boa, são bem presentes quando eu preciso eu ligo, mando recado, tenho um contato direto com os pais. (PROFESSOR C)

As respostas dos entrevistados sobre a relação família-escola por vezes, se mostra contraditória, no depoimento do representante da direção é colocado que a família é presente, que o relacionamento é bom e que nunca teve problemas, no entanto, na primeira questão analisada neste estudo, para a direção, a família entra como uma das principais causas para o fracasso escolar, assim como na fala do Professor C.

Já nas falas dos Professores A e B, algo me chamou a atenção e quero destacar aqui, quando se referem a “ameaçar com o bolsa família”, tal depoimento é no mínimo preocupante, uma vez que percebe-se que a única motivação de determinados pais de alunos é a participação em programas sociais. Sem dúvidas esse programa ajuda muitas famílias e de certa forma as “obriga” a levar seus filhos para a escola, contudo, este não pode ser a única razão para tal.

Como bem explicitado na fala do Professor A “uma das funções sociais da escola é buscar mecanismos pra trazer os pais pra escola”, nesse sentido faz-se necessário que haja maior empenho da escola para que consiga alcançar essa parceria, a qual é fundamental. Nesse sentido, cabe lembrar que:

[...] essa relação deve ter como ponto de partida a própria escola, visto que os pais têm pouco ou nenhum conhecimento sobre características de desenvolvimento cognitivo, psíquico e tão pouco, entendem como se dá a aprendizagem, por isso a dificuldade em participar da vida dos filhos (SOUZA, 2009, p. 6).

Então, cabe à escola essa iniciativa, ainda mais levando em consideração que ela é suficientemente consciente de que esse problema existe e que é necessário fortalecer essa relação para o desenvolvimento dos trabalhos de maneira geral, inclusive, na questão da aprendizagem do aluno.

Assim como os professores colocam a dificuldade em trazer a família para a escola, pude constatar a partir de observação no plantão pedagógico, infelizmente os pais dos alunos que têm mais dificuldades e que mais “causam problemas” por conta de seus comportamentos em sala de aula não compareceram para conversar com o professor.

Como fiz também observação nesta mesma sala de aula durante algum tempo, também esperei pelo comparecimento destes pais para observar como eles se posicionam diante deste problema, porém não foi possível devido às suas ausências, foram poucos, – posso até dizer de acordo com minhas observações – que uma minoria comparece para saber de fato como está o desenvolvimento do seu filho na escola.

Algumas perguntas foram feitas especificamente para os professores participantes da pesquisa, objetivando identificar os problemas que os docentes percebem e que ocorrem dentro da sala de aula que fazem com que os educandos tenham seu percurso escolar interferido por meio da reprovação, evasão e os demais problemas já mencionados neste estudo. Assim, sobre quais as dificuldades encontradas para trabalhar com os alunos em defasagem idade-série, as respostas foram as seguintes:

Os problemas familiares, a questão dos alunos que estão muitos anos repetindo uma série e a questão da má alfabetização. [...] O professor não pode assumir a função do pai, o pai não pode assumir a função do professor e o aluno, em contrapartida tem que ter motivação pra tal. Ambos podem contribuir com o trabalho do outro e o aluno pode ser beneficiado por esse conjunto de ação. Muitos alunos vêm alfabetizados de casa. Então o processo de alfabetização não se dá só na escola, se dá em qualquer meio que você puder interagir você aprende. Por isso que eu digo que é uma ação conjunta, não posso dizer que meus colegas (professores) que passaram pela vida desses alunos são responsáveis pela má alfabetização deles. (PROFESSOR A)

Pra mim a maior dificuldade é por causa do comportamento dos alunos, porque alguns, você observa que não têm o mínimo de respeito pelo professor, às vezes tu estás se esforçando, planeja uma aula, tu tens um objetivo e às vezes por causa do comportamento do aluno tu não consegues alcançar o objetivo, como antigamente o aluno respeitava e agora não, você não vê o aluno tendo aquele respeito que se deve ter pelo professor. (PROFESSOR B)

A maior dificuldade é o interesse mesmo, às vezes a gente traz metodologias, trabalhos, a gente conversa com os pais, mas também a gente vê que tem muita falta de interesse dos próprios alunos, não sei se sou eu que enquanto professora, falho, se eu preciso estar mudando alguma coisa, porque tudo que está no meu alcance pra que esse aluno avance a gente faz, trago muitos jogos, faço muito trabalho em equipe, fora que a gente tem o apoio pedagógico, tem o reforço escolar, tem o AEE que também é uma forma de suporte pra eles [...]. Agora quando o aluno não vem a

gente não pode ir na casa buscar, por isso que eu digo que é parceria de família, os pais precisam mandar os alunos. Aqui na comunidade tem muitos filhos que procuram se governar sozinhos e não é bem assim. (PROFESSOR C)

O Professor A aborda uma situação muito frequente nas escolas, a qual diz respeito aos pais delegarem somente à escola o papel de alfabetizar seus filhos, fato este que interfere diretamente no aprendizado das crianças. Entretanto, independente se a criança recebe auxílio da família em casa quanto à alfabetização, o fato é que:

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita (FERREIRO, 1999, p. 23).

No caso do Professor A, as crianças estão necessitando da escola para serem alfabetizadas, pois os pais não estão dando o suporte necessário para isto, alguns por serem analfabetos e outros por falta de tempo e até mesmo de interesse. Di Nucci (1997, p. 2), a partir de estudos na área que buscavam compreender as dificuldades dos pais no que diz respeito à participação na alfabetização de seus filhos diz que a alfabetização “deixa de ser domínio exclusivo da escola, para acontecer também no cotidiano do lar, no seio de relações de outra natureza que aquelas formais estabelecidas em uma instituição educacional”.

A autora também afirma o seguinte:

[...] ao interagir em casa nas mais diversas situações com os filhos, os pais podem oferecer objetos e condições que favoreçam a aprendizagem da criança, quando acreditam que fazem parte deste processo. O espaço que os pais identificam como contribuidor da família para o sucesso na alfabetização, seu engajamento e sua responsabilidade nesse processo determinarão em grande parte suas condutas no cotidiano com os filhos, permitindo a esses adultos a identificação de situações promissoras para a aprendizagem da leitura e da escrita da criança (1997, p. 2).

É interessante a colocação da autora, inclusive ao dizer que é necessário que a família acredite fazer parte do processo de alfabetização de suas crianças para que ocorra com sucesso, ou seja, precisa haver essa consciência, uma vez que é no ambiente familiar que a criança começa a ter contato com a leitura e a escrita, a partir da televisão, do celular, de rótulos de produtos e tantas outras maneiras de incentivo que a criança pode ter, pois ela sempre está interessada em aprender, nem que seja apenas por curiosidade, basta enxergar esse processo com mais atenção e carinho do que como uma obrigação.

Feil (2016) chama a atenção para o fato de a criança gostar de aprender e essa responsabilidade cabe tanto à escola quanto à família:

Se observarmos o encantamento e o envolvimento de uma criança pequena diante de um livro, principalmente se há um adulto que a estimule a olhar, cheirar, ouvir, experimentar, folhear e ler, é possível afirmar que as crianças pensam no texto escrito muito antes do que imaginamos. Se observarmos uma criança em ação, comprovamos que criança gosta de aprender (aquilo que lhe for significativo), de fazer inferências, procurar explicações e participar (FEIL, 2016, p. 41).

Entretanto, cabe ressaltar que de acordo com o contexto em que a escola pesquisada está inserida, muitos pais não são alfabetizados, fato que torna esse trabalho mais difícil, porém, a partir das observações e análises é possível afirmar que não são apenas estes os pais que são ausentes no processo de alfabetização, ou seja, a maioria destes pensa como disse o Professor B, que o professor recebe um salário então tem a obrigação de ensinar o seu filho.

Outra pergunta direcionada aos professores diz respeito aos critérios utilizados para indicar, ao final do ano letivo, o ano de destino do aluno, ou seja, como o professor decide se o aluno vai ser aprovado ou reprovado, objetivando entender quais esses critérios e quem os define. Os professores relataram o seguinte:

Nós utilizamos o teste diagnóstico onde vamos fazer avaliação escrita do aluno e posteriormente em conexão à leitura, aí é feito um no 1º e outro no 2º bimestre. Por exemplo, no 1º teste ele estava no pré-silábico, no 2º ele já foi pró-silábico-alfabético ou então pró-alfabético-inicial, isso é um avanço, porque uma criança que está no alfabético inicial já lê frases sem sílabas complexas – dígrafos, encontro consonantal, e tem aquelas que já conseguem ler tudo isso. Os demais estão ainda entrando nesse processo e eu vou avaliando isso de acordo com o teste diagnóstico. Porque uma prova não avalia o aluno. [...] (PROFESSOR A)

O meu critério de avaliação é esse, eu compreendo que pra um aluno ir pra uma série seguinte, no caso do 3º pro 4º ele tem que saber ler, esse é o critério fundamental que ele precisa ter, pelo menos a parte de leitura, então não tem como você avançar um aluno pra uma série seguinte se ele não consegue ler, aí a dificuldade dele vai ser maior se você avançar, se você não fizer a parte de alfabetizar ele primeiro pra avançar, a dificuldade lá vai ser maior porque a exigência da série seguinte vai ser maior. Esses alunos deveriam ter ficado mais um ano lá, aí não teriam repetido o 4º, teriam repetido o 3º, passado pela parte da alfabetização e vindo pro 4º preparado, porque a gente tem até o 3º ano pra alfabetizar e é bem clara a regra: chegou no 3º ano, não está alfabetizada, a criança é retida. Então não tem porque uma criança que não está alfabetizada vir pro 4º ano. (PROFESSOR B)

É avaliado se o aluno conseguiu avançar, se conseguiu atingir os objetivos de determinado conteúdo, e também tem a questão de a gente olhar o todo, como ele é, se ele é participativo, se ele interage, se esforça, é um conjunto de atividades que a gente avalia, fora a famosa provinha, mas eu não avalio eles só na prova porque acho que só uma prova não vai medir a capacidade dele e nem de ninguém, mas eu procuro avaliar o todo. (PROFESSOR C)

Percebe-se pelas falas dos Professores A e B que o principal critério utilizado por eles na hora de avaliá-los é a leitura. Ainda na entrevista com o Professor B foi possível notar certa indignação quanto ao fato de uma criança chegar ao 4º ano do Ensino Fundamental sem saber ler e afirma que esses alunos deveriam ter repetido o 3º ano.

Infelizmente essa situação é muito frequente, cabe lembrar aqui que o objetivo da Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, a qual determina o Ensino Fundamental de nove anos, é a não interrupção dos alunos nos primeiros anos de vida escolar. Desta forma, o Artigo 27 da Resolução assegura que:

Os sistemas de ensino, as escolas e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, envidarão esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis e criando renovadas oportunidades para evitar que a trajetória escolar discente seja retardada ou indevidamente interrompida (BRASIL, 2010, p. 8).

Assegura ainda, no Inciso 1º do Artigo 27 que os sistemas de ensino devem tomar todas as providências necessárias para que o princípio do progresso contínuo não seja traduzido como uma “promoção automática” dos alunos para o ano seguinte, uma vez que essa não é a intenção da Resolução, para que isso não cause um descompromisso com o processo de ensino e aprendizagem, no que tange ao combate à repetência (BRASIL, 2010).

Por outro lado, Lopes (2016, p. 7) aborda uma reflexão a qual é muito pertinente a essa discussão, a autora enfatiza que:

Estipular, no entanto, um prazo final para se alfabetizar pode ser questionado se entendermos que os ritmos de aprendizagem, os contextos onde o aluno interage são diversos. Portanto, um processo relativo e que dependeria das particularidades de cada criança. Aqui, no entanto, cabe ressaltar que o papel do professor pode ser decisivo, pois compete a ele desenvolver propostas pedagógicas e metodológicas que contemplem as especificidades de cada indivíduo, garantindo assim um ensino igualitário e de qualidade.

A partir desse pensamento, levando-se em consideração as particularidades de cada criança, há de se concordar que não é justo que ela seja “punida” por algo que está além do seu alcance, destacando novamente que os alunos não deveriam ser culpabilizados pelo próprio fracasso, vistos como desinteressado, descomprometido, e como bem coloca a autora citada, o papel do professor é decisivo nesse momento.

Ainda sobre os critérios utilizados, observa-se também que os Professores A e C não levam em conta apenas o resultado das provas como avaliação dos alunos, fato este que é fundamental, haja vista que ainda hoje é muito frequente a forma tradicional de avaliação, onde ao final, os professores só consideram os resultados das “provas”, não levando em consideração que, para realizar uma avaliação justa, “todas as informações são consideradas, incluindo, não só as informações sobre o desempenho dos estudantes levantadas pelo(s)

professor(es) em sala de aula, mas também os resultados das avaliações externas e o trabalho desenvolvido pela e na escola” (SOARES, 2015, p. 16).

Como a entrevista semiestruturada permite alterações no decorrer da conversa, algumas questões foram inseridas, no entanto, somente ao Representante da direção e ao Professor C. Na intenção de compreender, em suas opiniões, o que precisa ser feito para diminuir o problema da defasagem escolar. Suas respostas foram estas:

De início precisa haver uma estrutura na escola. O governo precisa trabalhar muito pra que melhore na zona rural e urbana. A gente vê que precisa ser feita uma estrutura dentro da SEMED para poder focar as escolas (zona rural e urbana), nesses anos nós não tivemos quase apoio, as escolas trabalharam praticamente sozinhas, sempre que íamos à SEMED solicitar uma visita na escola, etc. eles nunca podiam, porque não tem. Lá não se sabe quem é quem. Então nós começamos a trabalhar, às vezes a escola é que levava a ideia para lá, então, a gestão municipal precisa trabalhar muito nas políticas públicas, na qualidade da merenda escolar. Enquanto não houver uma política pública que foque na educação (assim como a saúde) não vamos ter uma melhora no município, uma educação de qualidade. Tem escolas que ainda não deu um mês de aula no interior, porque não tem ônibus, e quando tem não tem professor ou o aluno não vai. Na escola tem o conselho, quando cai o dinheiro da escola, temos que trabalhar o ano todo com esse dinheiro, muitas coisas temos que comprar, na SEMED nunca tem. (REPRESENTANTE DA DIREÇÃO)

Precisa fazer mais movimentos de conscientização da importância da participação da família na escola, porque o aluno precisa saber que ele é querido, que em casa tem alguém que apoie ele, e às vezes a gente não percebe esse apoio da família, por mais que a gente se esforce dentro da sala de aula, traga metodologias [...]. Tem casos de pais que passam o dia inteiro fora trabalhando e o aluno passa o dia inteiro na rua e quando chega não sabe por onde está, com quem andou, alunos que se envolvem com coisas erradas. Esses alunos têm mais dificuldade dos que os que têm o acompanhamento dos pais. [...] (PROFESSOR C)

Duas questões muito importantes foram abordadas nestes dois depoimentos, o apoio da Secretaria de Educação do município e a participação da família na escola. Nota-se na fala da direção que ela apresenta os problemas que a escola enfrenta de maneira geral quanto à falta de recursos e quanto à SEMED. Já o Professor C destaca novamente as questões relacionadas à família para um melhor desenvolvimento dos alunos.

Sobre a falta de investimentos por parte do poder público, é fato que “as políticas educacionais não atendem satisfatoriamente as necessidades básicas de grande parte das escolas, empobrecendo o sistema educacional no que se refere aos subsídios necessários para o bom funcionamento das escolas” (BRITO; ARRUDA; CONTRERAS, 2015, p.3). Estes autores afirmam também que:

[...] a falta de estrutura causada pela má distribuição de renda influencia negativamente a qualidade da aprendizagem. Tendo em vista que a maioria das escolas públicas encontra-se com estruturas precárias, sem recursos físicos e financeiros necessários às práticas educacionais. Além da falta de incentivo aos profissionais da educação, gerando desmotivação e falta de condições para investir

numa formação continuada, que vise um aperfeiçoamento da prática docente necessária para uma educação de qualidade (p. 4-5).

Este é outro fator que deve ser considerado fundamental, relacionado aos investimentos quanto ao trabalho docente por parte das políticas públicas, como foi explicitado na fala do representante da direção, a própria secretaria de educação do município deixa muito a desejar, o que impede que a escola de modo geral não desenvolva o seu trabalho com sucesso, haja vista que o professor é uma peça-chave no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido Silva (2003, p.13-14) traz a seguinte reflexão:

Para mim, de nada valem ou adiantam políticas educacionais e as diretrizes curriculares mais avançadas, se elas não levarem em conta, não contemplarem criticamente a situação real e concreta da vida dos professores. Sem investimentos econômicos, sem salários condignos, sem infraestrutura, sem programas de formação continuada, voltados aos profissionais da educação, quaisquer tentativas de mudança e transformação são impossíveis de vingar no cotidiano das escolas, onde a educação escolarizada efetivamente acontece e se realiza.

Portanto, os problemas são diversos, não basta somente trazer a família para a escola, ou somente focar em um ambiente bem estruturado fisicamente, assim como também não basta apenas oferecer todos os suportes ao professor, dentre outros que tanto já foram citados anteriormente. Todo esse conjunto engloba as necessidades que ainda hoje permeiam os espaços educacionais do país, todos os aspectos são importantes, por isso, é necessário maior investimento na educação de modo geral para se obter mudanças nos resultados e desenvolvimento da educação no Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou acerca do fracasso escolar a partir da distorção idade-série em uma escola do município de Acará, um problema que há muito tempo vem se alastrando em grande parte das escolas do país e frustrando sonhos de uma vida melhor a partir do sucesso da escolarização, haja vista que esta com frequência é interrompida pelos diversos fatores relatados aqui neste estudo, ainda nos primeiros anos de vida escolar.

Tal problemática tem sido tema de muitas pesquisas no âmbito acadêmico e estas têm sido de grande contribuição para a educação, e ao pesquisá-las foi possível verificar que na grande maioria das vezes os resultados referentes às causas do fracasso escolar são as apresentadas neste estudo. Este fato não significa que o tema tornou-se irrelevante, ao contrário, é necessário investigar e intervir incessantemente em cada contexto educacional deste país na intenção de promover ações em prol deste grande quantitativo de educandos que se deparam como o fracasso na vida escolar.

Os objetivos propostos para este estudo foram investigar por quais razões os educandos são levados ao fracasso e o que tem causado a distorção idade-série, assim como investigar a maneira que esse problema é abordado no Projeto Político Pedagógico da escola e na instituição de modo geral, também teve o intuito de investigar como o sistema municipal de educação atua para combater ou amenizar esse problema.

As reflexões que surgiram após a análise do PPP permitiram entender com mais clareza as divergências encontradas nos depoimentos dos entrevistados, uma vez que, sendo o Projeto Político Pedagógico o principal norteador dos trabalhos pedagógicos, o fato de nele não estarem contempladas e organizadas todas as problemáticas e metas da escola, faz com que os sujeitos envolvidos nesse trabalho não caminhem de mãos dadas comungando de um mesmo objetivo.

A partir das entrevistas semiestruturadas e das observações foi possível identificar que os sujeitos representantes da escola neste estudo instituem a maior parte dos problemas que levam os alunos ao fracasso escolar às famílias destes, seja pela ausência, falta de empenho, falta de conhecimento ou até mesmo por acharem ser essa uma obrigação apenas da escola.

Foi observado também que a Secretaria de Educação do município deixa muito a desejar quanto ao atendimento às necessidades da escola de modo geral, e que não há uma organização de políticas ou projetos voltados especificamente para o combate à distorção idade-série, deixando a cargo da escola o desenvolvimento de superações para este problema, sem sequer oferecer subsídios significativos para isso.

No que concerne ao fracasso escolar a partir da distorção idade-série na EMEIEF Profa. Maria Antonieta de Paiva pode-se inferir que o problema existe com grande força e observou-se que não lhe é dada a devida importância, não somente pela falta de suporte por parte da SEMED, mas também pelas particularidades da escola, haja vista que se a escola toma a ausência da família como uma causa para tal problema, é necessário que ela busque mecanismos que estão ao seu alcance para fortalecer esses laços.

Desse modo, o presente estudo objetivou também a possibilidade de contribuir para o processo de reflexão e discussão acerca dessa temática, contrapondo-se à concepção de que o fracasso escolar é fruto da má vontade e desinteresse do educando, fazendo-se necessário uma tomada de atitudes em prol de um ensino de qualidade para os alunos, a partir de investimentos significativos na educação e também de promover com mais constância a importância da participação da família para o desenvolvimento da aprendizagem e, por conseguinte, a superação da defasagem e do fracasso escolar.

## REFERÊNCIAS

- ABED, Anita Lilian Zuppo. **O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica**. São Paulo: UNESCO/MEC, 2014.
- ARROYO, Miguel G. Fracasso/Sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. **Em Aberto**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, v. 17, n. 71, p.33- 40, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.
- BRASIL. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República. Brasília, DF.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069** de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.
- BRASIL. **Resolução nº 7**, de 14 de dezembro de 2010. Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica – MEC/CNE/CEB, 2010.
- BRITO, Maria; ARRUDA, Neivaely; CONTRERAS, Humberto. Escola, pobreza e aprendizagem: reflexões sobre a educabilidade. 2015.
- BOAS, Benigna Maria de Freitas Villas. **Virando a escola do avesso por meio da avaliação**. Papyrus Editora, 2008.
- BOSSA, Nadia A. **Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico**. Artmed Editora, 2009.
- BROUGÈRE, Gilles. A aprendizagem no cotidiano. **Revista Nova Escola**. São Paulo: Abril, 2016. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/7653/a-aprendizagem-no-cotidiano>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- DI NUCCI, Eliane Porto. Interesses e dificuldades dos pais na alfabetização dos filhos. **Psicologia escolar e Educacional**, v. 1, n. 2-3, p. 23-28, 1997.
- DUBET, François. O que é uma escola justa?. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, 2004.
- FEIL, Iselda Sausen. Alfabetização: um desafio novo para um novo tempo. **Alfabetização**, p. 38, 2016.
- FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, 2010.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A internalização da exclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 299-325, set. 2002.

HISTÓRIA. **Prefeitura do Acará, 2019**. Disponível em: <https://acara.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em: 08 nov. 2019.

JACOMINI, Márcia Aparecida. Por que a maioria dos pais e alunos defende a reprovação?. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 895-919, 2010.

LACERDA, Chislaine. K. F. R. **Repetência e Fracasso Escolar**. 2007.

LOPES, Terezinha Aparecida Martins. Dificuldade de aprendizagem na alfabetização. 2016.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E. P. U., 2015.

MARTINS, Fábio Batista et al. A distorção idade-série em uma escola estadual do município de Tabatinga-AM. 2017.

MORAES, Carolina Roberta; VARELA, Simone. Motivação do aluno durante o processo de ensino-aprendizagem. **Revista eletrônica de Educação**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2007.

MORESI, Eduardo et al. Metodologia da pesquisa. **Brasília: Universidade Católica de Brasília**, v. 108, p. 24, 2003.

PANORAMA. **IBGE, 2018**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/acara/panorama>. Acesso em: 08 nov. 2019.

PARO, Vitor Henrique. Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública. *Idéias*, São Paulo, n. 12, 1992.

PASSOS, Benedito. Maré Grande no Vale do Acará. 2 ed. **Acará: Edição do autor**, 2002.

PPP – Projeto Político Pedagógico. Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Profa. Maria Antonieta de Paiva, 2019.

QEDU. Brasil: Distorção idade-série. Disponível em: <https://academia.qedu.org.br/censo-escolar/distorcao-idade-serie/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

QEDU. Brasil: distorção idade-série no ano de 2017. Disponível em: [http://www.qedu.org.br/brasil/distorcao-idade-serie?dependence=0&localization=0&stageId=initial\\_years&year=2017](http://www.qedu.org.br/brasil/distorcao-idade-serie?dependence=0&localization=0&stageId=initial_years&year=2017). Acesso em: 20 jun. 2019.

RIBEIRO, Madison Rocha. **A formação continuada de professores de 1ª a 4 série do Ensino Fundamental em Castanhal/Pará: continuidade ou descontinuidade?** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, M. A. B. O. O pensar educação em Paulo Freire. **Para uma Pedagogia de Mudanças. Paraná: Brasil. Acedido em**, v. 3, p. 852-2, 2015.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. Unidades de Leitura: trilogia pedagógica, Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (coleção Linguagens e sociedade).

SILVA, Leda Regina Bitencourt da. O currículo e a distorção idade-série nos anos iniciais do ensino fundamental. 2014. xii, 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SOARES, E. R. N. A distorção idade-série e a avaliação: relações. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-18.

SOUZA, Maria Ester do Prado. Família/Escola: a importância dessa relação no desempenho escolar. **Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Paraná**, 2009.

UNICEF, Panorama Da Distorção Idade-Série No Brasil, 2018.

VEIGA, Ilma P. A. Projeto político pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. Projeto político pedagógico: uma construção possível. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr (a), \_\_\_\_\_

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário da pesquisa com o título provisório **“O FRACASSO ESCOLAR A PARTIR DAS QUESTÕES RELACIONADAS À DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE ACARÁ”**. Neste estudo pretende-se investigar fatores determinantes da distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental da escola Maria Antonieta de Paiva e como a escola e o sistema municipal de ensino enfrentam esse problema.

A metodologia consiste em entrevistas semiestruturadas realizadas com o (a) Diretor (a) da Escola, um (a) coordenador (a) pedagógico, e três professores (as) das turmas de 3º, 4º e 5º ano.

Para participar desta pesquisa você não terá nenhum custo e nem receberá qualquer vantagem financeira. Também não há o risco de danos físicos ou mentais.

Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar da pesquisa a qualquer momento. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo absoluto e serão usados nomes fictícios. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada e você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora e a outra ficará em seu poder. Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa estou à disposição no telefone (91) 98885-8434, e-mail: janiellevm@gmail.com.

\_\_\_\_\_  
Pesquisador (a) responsável

\_\_\_\_\_  
Orientador (a) da pesquisa

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Acará, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

**APÊNDICE B****ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

Público-Alvo: REPRESENTANTE DA SEMED

Nome: \_\_\_\_\_

1. Fale um pouco sobre a sua formação, sua experiência profissional e há quanto tempo atua como secretário de educação neste município.
2. Como é formada a equipe técnica da secretaria de educação do município de Acará?
3. A SEMED tem alguma política para a redução da distorção idade-série nas escolas? Se sim, fale-me sobre.
4. A SEMED oferece cursos de formação continuada aos professores da rede municipal de ensino?
5. Para você, qual a relevância dessa temática?
6. Há uma preocupação do sistema municipal de ensino no que diz respeito aos índices de alunos com distorção idade-série?
7. Essa problemática tem sido discutida com frequência nas escolas municipais?
8. Como você acompanha o trabalho das escolas no que diz respeito ao combate desse problema?
9. Qual a maior dificuldade da SEMED em resolver esse problema?
10. Na sua opinião, o que leva os alunos ao fracasso escolar?
11. Que medidas deveriam ser tomadas para sanar/diminuir esse problema na educação?

**APÊNDICE C****ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

Público-Alvo: REPRESENTANTE DA DIREÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

1. Fale um pouco sobre a sua formação, sua experiência profissional e há quanto tempo atua como gestor desta escola.
2. Quando e de que maneira você assumiu a direção desta escola?
3. É desenvolvido algum projeto com o objetivo de combater a distorção idade-série dos alunos?
4. A escola promove/já promoveu alguma atividade de formação continuada? Se sim, fale sobre ele.
5. Nesta escola há algum programa para correção de distorção idade-série? Se sim, descreva-o.
6. Existe o reforço escolar para melhorar a aprendizagem destes alunos?
7. Que avaliações externas são feitas nesta escola?
8. De que maneira elas têm contribuído para o processo de ensino aprendizagem da escola referente a distorção idade-série?
9. A escola tem conseguido reduzir o índice de distorção idade-série dos seus alunos?
10. De que maneira esse problema influencia nos resultados de desempenho da escola?
11. De que maneira você monitora a escola no combate a distorção idade-série?
12. Como acompanha o trabalho dos professores?
13. Como acompanha os alunos com distorção idade-série?
14. Como é o seu relacionamento com as famílias dos alunos? Como eles contribuem no combate a distorção idade-série de seus filhos?

**APÊNDICE D****ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

Público-Alvo: PROFESSORES DO 3º, 4º E 5º ANO

Nome: \_\_\_\_\_

1. Fale-me um pouco sobre a sua formação.
2. Há quanto tempo você trabalha como professor (a)? Fale um pouco sobre a sua experiência.
3. Há uma classificação das turmas de acordo com o rendimento escolar?
4. Qual a situação dos alunos da sua turma atual?
5. O que ocasiona o fracasso escolar dos estudantes?
6. Você encontra dificuldades para trabalhar com esses alunos? Quais?
7. Como você procura sanar essas dificuldades?
8. Você possui ou pretende uma formação específica para atuar com esses alunos? Fale-me um pouco sobre isso.
9. Como e por quem são selecionados os conteúdos que você trabalha em sala de aula?
10. As metodologias e os conteúdos trabalhados têm proporcionado resultados satisfatórios no que diz respeito a aprendizagem dos alunos?
11. Quais os critérios utilizados para indicar o ano de destino ao final do ano letivo? Quem os define?
12. Como é o relacionamento entre a escola e a família?
13. Como você descreve o relacionamento entre os alunos da sua turma?
14. E o relacionamento do aluno com o professor? O que dificulta e o que facilita esse relacionamento?
15. Quem da comunidade escolar mais colabora para que o seu trabalho tenha sucesso?
16. Como a temática distorção idade-série é desenvolvida no Projeto Político Pedagógico da escola? Quais os projetos para prevenir a continuidade desse problema?